



Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas

31 de março de 2022

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Intermediárias	BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	9
	3. CONSOLIDAÇÃO	12
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
	5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS.....	13
	6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	22
	7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	32
	8. OUTROS CRÉDITOS	40
	9. OUTROS VALORES E BENS.....	40
	10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	41
	11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS	44
	12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	45
	13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	46
	14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS.....	47
	15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49
	16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	53
	17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	55
	18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
	19. PARTES RELACIONADAS	64
	20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE.....	70
	21. GESTÃO DE RISCOS.....	72
	22. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	83
	23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	85
	24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES	86
	25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	87
	26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	87
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	103
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	104

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		231.497.773	221.755.252	255.569.730	242.932.784
DISPONIBILIDADES	4	360.907	433.135	361.334	434.479
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	84.989.542	91.027.118	88.915.952	94.864.308
Aplicações em moedas estrangeiras	4	802.028	309.918	802.028	309.918
Aplicações em operações compromissadas	4	84.187.514	90.717.200	88.113.924	94.554.390
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	92.638.853	75.105.896	91.552.704	74.674.100
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	4.090.009	4.013.544	1.385.781	1.485.068
Títulos públicos	6.1	83.959.620	70.899.870	83.993.730	70.940.967
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	3.574.773	9	3.632.815	71.189
Ações	6.1 e 7.1	-	-	-	571.696
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	79.963	149.587	320.586	388.904
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	21.058	43.022	375.254	423.786
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(104)	(214)	(3.089)	(3.335)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	913.534	78	913.534	78
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	-	-	934.093	795.747
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	17.717.724	18.200.452	37.722.744	37.075.654
Repasse interfinanceiros	5	17.826.700	18.308.175	37.908.317	37.257.412
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(108.976)	(107.723)	(185.573)	(181.758)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	24.464.252	25.418.317	27.507.240	28.895.879
Operações de crédito	5	26.366.676	27.241.828	29.426.180	30.775.492
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.902.424)	(1.823.511)	(1.918.940)	(1.879.613)
OUTROS CRÉDITOS		10.265.615	10.289.074	8.316.795	5.706.104
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	45.088	46.886
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(36.172)	(36.187)
Direitos recebíveis	5.9	1.650	1.648	992.144	966.242
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(1.035)	(1.031)	(990.111)	(964.174)
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	7.445	30.191	232.362	356.582
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		5.492.424	4.896.728	3.381.824	132.415
Devedores por depósito em garantia		98.850	90.671	108.926	98.919
Pagamentos a ressarcir		213.203	299.607	120.394	115.774
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	4.038.233	4.549.390	4.038.233	4.549.390
Diversos		414.845	421.870	424.107	440.257
OUTROS VALORES E BENS	9	1.060.880	1.281.260	1.192.961	1.282.260
Despesas antecipadas		1.059.694	1.280.073	1.059.694	1.280.074
Outros valores e bens		1.186	1.187	1.186	1.187
Ativos não financeiros mantidos para venda		-	-	132.081	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		553.093.566	552.447.469	494.123.570	494.245.653
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		420.852.870	433.502.524	491.986.501	482.203.729
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	34.122.767	38.918.447	103.194.584	85.795.675
Ações	6.1 e 7.1	8.101.872	7.126.933	74.029.889	50.940.167
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	4.476.423	4.410.706	4.476.423	4.410.706
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	670.870	701.705	1.953.153	1.968.220
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(4.109)	(4.321)	(10.833)	(10.990)
Títulos públicos	6.1	13.651.283	16.705.647	13.651.283	16.705.647
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	6.661.666	9.678.240	6.661.666	9.678.240
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	416.929	151.704	416.929	151.704
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	147.833	147.833	149.630	149.457
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	-	-	1.866.444	1.802.524
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	152.639.587	156.821.246	124.029.165	124.153.505
Repasse interfinanceiros	5	153.578.424	157.749.422	125.132.468	125.240.821
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(938.837)	(928.176)	(1.103.303)	(1.087.316)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	223.669.124	225.912.985	244.444.576	249.414.352
Operações de crédito	5	241.062.396	242.119.995	261.950.607	266.000.502
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(17.393.272)	(16.207.010)	(17.506.031)	(16.586.150)
OUTROS CRÉDITOS		10.420.104	11.848.558	20.316.888	22.838.909
Créditos tributários	15.2	9.780.300	10.195.395	17.933.443	18.923.879
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	594.938	598.295
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(477.289)	(461.761)
Direitos recebíveis	5.9	10.326	10.740	53.694	52.842
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(6.474)	(6.725)	(49.779)	(48.763)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	614.700	1.132.610	1.006.600	2.033.029
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	-	496.503	-	496.503
Incentivos fiscais		1.350	1.350	29.230	29.298
Devedores por depósitos em garantia		-	-	772.948	763.834
Cessão de direitos de capitalização		-	-	430.503	430.503
Diversos		19.902	18.685	22.600	21.250
OUTROS VALORES E BENS	9	1.288	1.288	1.288	1.288
Ativos não financeiros mantidos para venda		1.288	1.288	1.288	1.288
INVESTIMENTOS	7	132.134.438	118.838.282	2.030.811	11.935.261
Participações em controladas e coligadas	7.2	131.992.292	118.696.136	1.888.665	11.793.115
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		101.156	100.532	101.156	100.532
INTANGÍVEL		5.102	6.131	5.102	6.131
TOTAL DO ATIVO		784.591.339	774.202.721	749.693.300	737.178.437

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		134.110.597	131.493.715	81.555.064	81.164.400
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.154.978	1.011.356	1.154.978	1.011.356
Depósitos especiais - FAT	11.2	898.874	939.667	898.874	939.667
Depósitos interfinanceiros		255.562	71.158	255.562	71.158
Diversos		542	531	542	531
CAPTAÇÕES NO MERCADO		100.504.904	93.068.413	46.376.277	39.825.117
Obrigações por operações compromissadas	12	100.504.904	93.068.413	46.376.277	39.825.117
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	14	1.399.848	1.423.552	1.399.848	1.423.552
Debêntures	14.1	319.330	369.870	319.330	369.870
Letras Financeiras	14.2	1.080.518	1.053.682	1.080.518	1.053.682
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	12.935.193	13.792.663	12.935.193	13.792.663
Empréstimos no país	10.1	434.286	445.660	434.286	445.660
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	56.694	129.930	56.694	129.930
Repasse no país		10.059.992	10.444.759	10.059.992	10.444.759
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	8.064.317	8.138.152	8.064.317	8.138.152
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.995.675	2.306.607	1.995.675	2.306.607
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.384.221	2.772.314	2.384.221	2.772.314
OUTRAS OBRIGAÇÕES		12.395.180	13.577.640	13.968.274	16.491.621
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	8.324.061	8.277.037	8.356.869	8.328.770
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	908.056	2.517.069	1.414.542	4.252.772
Outros impostos e contribuições		225.767	194.011	274.678	243.661
Provisões trabalhistas e cíveis	16	2.702	2.038	783.317	754.486
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	300.273	283.335	385.621	363.885
Vinculadas ao Tesouro Nacional		113	1.707	466	3.880
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	47.045	43.867	77.811	72.407
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	912.807	46.206	912.807	46.206
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	372.403	377.490	423.178	422.439
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	-	96.942
Diversas	13.4	1.301.953	1.834.880	1.338.985	1.906.173
DÍVIDAS SUBORDINADAS		4.313.027	7.562.220	4.313.027	7.562.220
FAT constitucional	11.1	4.313.027	7.562.220	4.313.027	7.562.220
Outras dívidas subordinadas		4.313.027	7.562.220	4.313.027	7.562.220
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	1.407.467	1.057.871	1.407.467	1.057.871
Secretaria do Tesouro Nacional		1.407.467	1.057.871	1.407.467	1.057.871
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		508.058.764	515.711.982	525.716.258	529.017.013
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		5.490.569	5.701.597	5.490.569	5.701.597
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.490.569	5.701.597	5.490.569	5.701.597
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	14	687.306	734.886	687.306	734.886
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	137.781.073	148.421.595	137.781.073	148.421.595
Empréstimos no país	10.1	2.142.591	2.387.290	2.142.591	2.387.290
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	7.537.210	8.877.833	7.537.210	8.877.833
Repasse no país		110.304.113	115.538.570	110.304.113	115.538.570
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	91.008.763	93.179.941	91.008.763	93.179.941
Fundo da Marinha Mercante	10.1	18.658.364	21.722.720	18.658.364	21.722.720
Outros		636.986	635.909	636.986	635.909
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	17.797.159	21.617.902	17.797.159	21.617.902
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.761.749	5.659.172	23.419.243	18.964.203
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	319.520	316.132	562.184	538.718
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	891.437	1.269.946	1.071.384	1.556.803
Provisões trabalhistas e cíveis	16	258.350	143.187	1.408.894	1.164.474
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	-	3.275	-	3.275
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	2.858.479	2.985.545	3.443.028	3.561.998
Impostos e contribuições diferidos	15.2	1.430.978	938.126	16.930.768	12.135.974
Diversas	13.4	2.985	2.961	2.985	2.961
DÍVIDAS SUBORDINADAS		336.299.091	333.151.713	336.299.091	333.151.713
FAT Constitucional	11.1	336.299.091	333.151.713	336.299.091	333.151.713
Outras dívidas subordinadas		298.920.879	290.433.757	299.423.803	291.008.526
Elegível a capital		37.378.212	42.717.956	36.875.288	42.143.187
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	22.038.976	22.038.976	22.038.976	22.038.976
Secretaria do Tesouro Nacional		22.038.976	22.038.976	22.038.976	22.038.976
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	13.4	-	4.043	-	4.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	142.421.978	126.997.024	142.421.978	126.997.024
Capital social		61.842.148	61.842.148	61.842.148	61.842.148
Capital		61.842.148	61.842.148	61.842.148	61.842.148
Reservas de lucros		44.745.760	44.745.760	44.745.760	44.745.760
Reserva legal		7.437.688	7.437.688	7.437.688	7.437.688
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		12.946.254	12.946.254	12.946.254	12.946.254
Reserva de equalização de dividendos		24.160.463	24.160.463	24.160.463	24.160.463
Ajustes de avaliação patrimonial e outras movimentações reflexas		22.932.126	20.409.116	22.932.126	20.409.116
AAP de ativos próprios		22.593.453	17.983.021	22.593.453	17.983.021
AAP de ativos de coligadas e controladas e outras movimentações reflexas		338.673	2.426.095	338.673	2.426.095
Lucros Acumulados		12.901.944	-	12.901.944	-
TOTAL DO PASSIVO		784.591.339	774.202.721	749.693.300	737.178.437

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.745.984	14.091.798	8.406.361	14.641.027
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional		9.853.207	8.212.446	10.362.024	8.531.997
. Moeda estrangeira		(5.818.578)	4.314.705	(5.740.514)	4.461.243
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.452.082	1.358.469	3.525.578	1.441.609
Rendas com administração de fundos e programas		259.273	206.178	259.273	206.178
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(4.743.545)	(10.190.936)	(3.217.318)	(9.797.877)
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional		(11.310.840)	(7.004.726)	(10.028.373)	(6.773.731)
. Moeda estrangeira		10.253.539	(7.309.702)	10.253.539	(7.309.702)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	(3.451.031)	3.807.444	(3.451.031)	3.807.444
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.10	5.040	275.989	259.335	432.134
Reversão (constituição) de provisão		(1.301.579)	(68.337)	(1.047.302)	87.799
Recuperação de créditos baixados		1.306.619	344.326	1.306.637	344.335
Resultado da carteira de câmbio		(240.253)	40.059	(250.788)	45.978
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.11	3.002.439	3.900.862	5.189.043	4.843.150
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		11.669.796	7.486.760	13.719.845	10.142.873
Resultado com equivalência patrimonial	7.2.1 e 7.2.3	11.673.698	8.081.232	652.926	1.020.905
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		232.140	172.951	176.587	159.014
Amortização de ágios		-	-	(5.557)	(6.478)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável	7	-	-	(25.885)	(6.900)
Receita de dividendos	7.1.4	467.592	135.812	3.177.603	704.709
Receita de juros sobre o capital próprio	7.1.4	-	-	10.306	36.997
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7.1.3	-	-	1.864.080	10.585.719
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	-	886	138.519	(248.935)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		1.315	(6.577)	62.250	(216.432)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	7.2.2	-	-	8.976.499	(199.232)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(116.308)	(5.215)	(273.731)	(21.884)
Despesas tributárias		(166.849)	(360.689)	(302.915)	(907.289)
Despesas com pessoal		(280.552)	(297.930)	(561.104)	(488.410)
Despesas administrativas		(44.707)	(48.246)	(75.984)	(71.372)
Outras receitas operacionais		5.241	3.758	18.416	6.027
Outras despesas operacionais		(101.774)	(189.222)	(112.165)	(203.566)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		14.672.235	11.387.622	18.908.888	14.986.023
Imposto de renda	15.1	(653.960)	(632.138)	(1.543.192)	(3.335.624)
Contribuição social	15.1	(553.838)	(536.921)	(922.878)	(1.557.257)
Impostos e contribuições social diferidos - constituição líquida de realização	15.2	(562.493)	(410.962)	(3.540.874)	(285.541)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		12.901.944	9.807.601	12.901.944	9.807.601
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		2,056509	1,563285		

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.901.944	9.807.601
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	1.904.170	(10.326.982)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	6.249.432	(15.316.660)
Efeito fiscal	(2.158.077)	5.487.061
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	(67.272)	13.439
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(2.120.096)	(510.392)
Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas - coligadas	183	(430)
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	618.840	1.403.040
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	607.421	1.241.624
Efeito fiscal	(88.344)	(20.380)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - de controladas	99.763	181.796
Total de Outros Resultados Abrangentes	2.523.010	(8.923.942)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	15.424.954	883.659

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial e outras movimentações reflexas		Lucros acumulados	Total
		Capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2021		53.983.180	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	29.066.027	2.730.595	-	113.002.517
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	(8.608.355)	(315.587)	-	(8.923.942)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	9.807.601	9.807.601
Em 31 de março de 2021		53.983.180	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	20.457.672	2.415.008	9.807.601	113.886.176
Mutações no período		-	-	-	-	-	(8.608.355)	(315.587)	9.807.601	883.659
Em 1º de janeiro de 2022		61.842.148	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	17.983.021	2.426.095	-	126.997.024
Ajustes de avaliação patrimonial e outras movimentações reflexas	18.2	-	-	-	-	-	4.610.432	(2.087.422)	-	2.523.010
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	12.901.944	12.901.944
Em 31 de março de 2022		61.842.148	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	22.593.453	338.673	12.901.944	142.421.978
Mutações no período		-	-	-	-	-	4.610.432	(2.087.422)	12.901.944	15.424.954

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	14.672.235	11.387.622	18.908.888	14.986.023
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(11.514.769)	(8.320.769)	(9.674.445)	(1.136.719)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.040)	(275.989)	(259.335)	(432.134)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	116.308	5.215	273.731	21.884
Resultado com equivalência patrimonial	(11.673.698)	(8.081.232)	(652.926)	(1.020.905)
Amortização de ágios	-	-	5.557	6.478
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	44.033	26.700	44.033	26.700
Depreciação	3.628	5.423	3.628	5.423
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos – renda variável	-	-	25.885	6.900
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	(886)	(138.519)	248.935
Outras receitas com participações acionárias - reclassificação de coligada para TVM e ganho na compra vantajosa	-	-	(8.976.499)	-
Variação de ativos e obrigações	(9.046.913)	(23.176.620)	(15.995.302)	(34.203.623)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	7.867.518	(1.395.648)	6.115.867	1.304.585
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(12.098.693)	8.367.314	(11.665.111)	10.775.078
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	1.257.033	991.861	(879.593)	722.869
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(9.463.544)	(35.736.889)	(9.462.391)	(35.736.515)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	7.436.491	6.356.474	6.551.160	(5.253.255)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	373.854	1.826.196	(44.960)	1.663.033
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(1.634.440)	(1.930.029)	(1.634.440)	(1.930.029)
. IR e CSLL pagos	(2.785.132)	(1.655.899)	(4.975.834)	(5.749.389)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(5.889.447)	(20.109.767)	(6.760.859)	(20.354.319)
Atividades de investimentos				
. Adições ao imobilizado	(3.225)	(2.925)	(3.225)	(2.925)
. Adição em investimentos em coligadas	-	-	(8.028)	-
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	-	957.894	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	-	-	9.849	255.266
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(3.225)	(2.925)	956.490	252.341
Atividades de financiamentos				
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(101.815)	6.983.940	(101.815)	6.983.940
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(115.317)	(156.109)	(115.317)	(156.109)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(217.132)	6.827.831	(217.132)	6.827.831
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.109.804)	(13.284.861)	(6.021.501)	(13.274.147)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.460.253	93.331.124	95.298.787	97.121.494
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	85.350.449	80.046.263	89.277.286	83.847.347
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.109.804)	(13.284.861)	(6.021.501)	(13.274.147)

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES				Consolidado			
	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2022		31/03/2021	
RECEITAS	7.989.720		14.562.527		19.896.490		25.176.566	
Intermediação financeira	7.745.984		14.091.798		8.406.361		14.641.027	
Outras receitas	238.696		194.740		11.230.794		10.103.405	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	5.040		275.989		259.335		432.134	
DESPESAS	(4.966.822)		(10.685.134)		(3.862.705)		(10.479.234)	
Intermediação financeira	(4.748.585)		(10.466.925)		(3.476.653)		(10.230.011)	
Outras despesas	(218.237)		(218.209)		(386.052)		(249.223)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(39.693)		(41.571)		(92.042)		(67.362)	
Materiais, energia e outros	(3.210)		(3.119)		(6.274)		(5.067)	
Serviços de terceiros	(36.483)		(38.452)		(59.883)		(55.395)	
Perda (recuperação) de valores ativos	-		-		(25.885)		(6.900)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.983.205		3.835.822		15.941.743		14.629.970	
RETENÇÕES	(1.814)		(3.308)		(3.628)		(5.423)	
Depreciação	(1.814)		(3.308)		(3.628)		(5.423)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.981.391		3.832.514		15.938.115		14.624.547	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	12.141.290		8.217.044		3.840.835		1.762.611	
Resultado de equivalência patrimonial	11.673.698		8.081.232		652.926		1.020.905	
Dividendos e juros sobre capital próprio	467.592		135.812		3.187.909		741.706	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	15.122.681		12.049.558		19.778.950		16.387.158	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.122.681	100,0%	12.049.558	100,0%	19.778.950	100,0%	16.387.158	100,0%
Pessoal e encargos	252.188	1,7%	267.075	2,2%	504.333	2,5%	437.828	2,7%
- Remuneração direta	155.225		174.149		310.407		285.491	
- Benefícios	76.996		70.891		153.992		116.215	
- FGTS	12.797		13.964		25.595		22.891	
- Outros	7.170		8.071		14.339		13.231	
Impostos, taxas e contribuições	1.967.674	13,0%	1.973.894	16,4%	6.370.923	32,3%	6.140.109	37,5%
- Federais	1.958.558		1.965.008		6.357.144		6.127.756	
- Estaduais	-		2		-		3	
- Municipais	9.116		8.884		13.779		12.350	
Aluguéis	875	0,0%	988	0,0%	1.750	0,0%	1.620	0,0%
Lucros retidos	12.901.944	85,3%	9.807.601	81,4%	12.901.944	65,2%	9.807.601	59,8%

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias individuais estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 04 de maio de 2022. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 11 de maio de 2022.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei n.º 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém a maioria ainda não foi homologada pelo CMN e não existe previsão de quando isso ocorrerá. Dessa forma, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;

- b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;
- i) CPC 24 – Eventos Subsequentes;
- j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- m) CPC 41 – Resultado por ação; e
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A primeira demonstração intermediária será na data-base de 31.03.2022.

Não obstante a necessidade do levantamento de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, para a data-base de 31 de março de 2022, optou-se pela adesão à faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, elaborando-se as demonstrações financeiras consolidadas, conjuntamente com as individuais, de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no trimestre corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram aumento no trimestre explicado, principalmente, pelo efeito da reclassificação do investimento em JBS de “Coligada” para “Não Coligada”, devido à perda de influência significativa, com a consequente mensuração a valor de mercado das ações. Além disso, houve valorização da carteira de participações societárias em não coligadas e aumento no saldo de dividendos sobre juros a capital próprio a receber, notadamente Petrobras.

A carteira de crédito e repasses, maior ativo do BNDES, apresentou leve redução no trimestre. O retorno em montante superior aos desembolsos, somado ao efeito negativo da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira, foi atenuado pela apropriação de encargos contratuais.

O passivo não circulante apresentou queda no trimestre, destacando-se as amortizações ordinárias ao Tesouro Nacional e o efeito da desvalorização do dólar sobre as captações externas. O passivo com o FAT se manteve no mesmo patamar.

O patrimônio líquido apresentou crescimento no trimestre, em virtude, principalmente, do lucro líquido do período e da valorização da carteira de participações societárias a valor justo.

Variações de resultado

O lucro líquido do trimestre apresentou aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, principalmente, pelo maior resultado com participações societárias e pelo maior produto da intermediação financeira.

O resultado recorrente aumentou em relação ao primeiro trimestre do exercício passado, com destaque para a maior receita com dividendos/JCP e o acréscimo do produto de intermediação financeira.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME;
- Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Disponibilidades	360.907	433.135	361.334	434.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	84.989.542	91.027.118	88.915.952	94.864.308
Aplicações em operações compromissadas	84.187.514	90.717.200	88.113.924	94.554.390
Aplicações em moedas estrangeiras	802.028	309.918	802.028	309.918
Total	85.350.449	91.460.253	89.277.286	95.298.787

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizados por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

Conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999, a Administração do BNDES, quando pertinente, constitui provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução, visando cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Operações de crédito	267.429.072	269.361.823	291.376.787	296.775.994
Circulante	26.366.676	27.241.828	29.426.180	30.775.492
Não circulante	241.062.396	242.119.995	261.950.607	266.000.502
Repasse interfinanceiros	171.405.124	176.057.597	163.040.785	162.498.233
Circulante	17.826.700	18.308.175	37.908.317	37.257.412
Não circulante	153.578.424	157.749.422	125.132.468	125.240.821
Total	438.834.196	445.419.420	454.417.572	459.274.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	(19.295.696)	(18.030.521)	(19.424.971)	(18.465.763)
Circulante	(1.902.424)	(1.823.511)	(1.918.940)	(1.879.613)
Não circulante	(17.393.272)	(16.207.010)	(17.506.031)	(16.586.150)
Repasse interfinanceiros	(1.047.813)	(1.035.899)	(1.288.876)	(1.269.074)
Circulante	(108.976)	(107.723)	(185.573)	(181.758)
Não circulante	(938.837)	(928.176)	(1.103.303)	(1.087.316)
Total	(20.343.509)	(19.066.420)	(20.713.847)	(19.734.837)

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	53.847.002	19.399.982	73.246.984	53.258.851	23.531.740	76.790.591
Outras	336.821.107	28.766.105	365.587.212	333.863.240	34.765.589	368.628.829
Total	390.668.109	48.166.087	438.834.196	387.122.091	58.297.329	445.419.420

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	-	-	-	-	-	-
Outras	406.245.218	48.172.354	454.417.572	400.962.523	58.311.704	459.274.227
Total	406.245.218	48.172.354	454.417.572	400.962.523	58.311.704	459.274.227

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Setor público				
Administração pública	43.346.507	44.154.234	43.350.120	44.157.820
Atividades empresariais				
Indústria	9.698.358	9.985.958	9.698.358	9.985.958
Intermediação financeira	124.391.330	128.632.423	59.349.817	60.627.024
Outros serviços	3.750.512	3.804.139	3.750.560	3.804.186
Subtotal	181.186.707	186.576.754	116.148.855	118.574.988
Setor privado				
Rural	1.129.874	969.517	1.396.718	1.288.133
Indústria	147.092.495	143.404.011	150.656.875	146.212.020
Comércio	3.690.604	3.663.175	3.767.989	3.708.816
Intermediação financeira	47.237.105	47.656.467	103.921.697	102.109.747
Outros serviços	58.497.411	63.149.496	78.525.438	87.380.523
Subtotal	257.647.489	258.842.666	338.268.717	340.699.239
Total	438.834.196	445.419.420	454.417.572	459.274.227

5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

	BNDES			Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Vencidos:	949.352	956.155	Vencidos:	949.883	1.004.004
A vencer:			A vencer:		
Até 1 ano	43.244.024	44.593.848	Até 1 ano	66.384.614	67.028.900
Entre 1 e 2 anos	35.871.454	35.926.781	Entre 1 e 2 anos	54.121.696	55.263.506
Entre 2 e 3 anos	36.560.482	37.361.130	Entre 2 e 3 anos	48.138.015	48.977.734
Entre 3 e 5 anos	60.805.573	61.753.932	Entre 3 e 5 anos	72.825.490	73.903.302
Entre 5 e 10 anos	121.731.764	122.561.505	Entre 5 e 10 anos	115.966.817	116.919.347
Após 10 anos	139.671.547	142.266.069	Após 10 anos	96.031.057	96.177.434
Total	438.834.196	445.419.420	Total	454.417.572	459.274.227

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.199.779	6,1%	73.246.984	42,7%	15.985.193	5,9%	76.790.591	43,7%
10 seguintes maiores clientes	50.602.559	18,9%	85.000.553	49,6%	51.043.082	18,9%	86.144.729	48,9%
20 seguintes maiores clientes	45.921.531	17,2%	12.326.831	7,2%	47.223.469	17,5%	12.229.358	6,9%
50 seguintes maiores clientes	60.854.500	22,8%	830.756	0,5%	61.189.633	22,7%	892.919	0,5%
100 seguintes maiores clientes	44.916.268	16,8%	-	-	44.852.872	16,7%	-	-
Demais clientes	48.934.435	18,2%	-	-	49.067.574	18,3%	-	-
Total	267.429.072	100,0%	171.405.124	100,0%	269.361.823	100,0%	176.057.597	100,0%

	Consolidado							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.199.779	5,6%	22.732.932	13,9%	15.985.193	5,4%	22.709.367	14,0%
10 seguintes maiores clientes	58.937.099	20,1%	104.046.477	63,8%	61.833.279	20,8%	104.486.884	64,2%
20 seguintes maiores clientes	48.028.549	16,5%	32.231.636	19,8%	50.369.909	17,0%	31.307.221	19,3%
50 seguintes maiores clientes	64.884.198	22,3%	4.029.740	2,5%	65.895.196	22,2%	3.994.761	2,5%
100 seguintes maiores clientes	49.474.543	17,0%	-	-	49.272.482	16,6%	-	-
Demais clientes	53.852.619	18,5%	-	-	53.419.935	18,0%	-	-
Total	291.376.787	100,0%	163.040.785	100,0%	296.775.994	100,0%	162.498.233	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Estão apresentadas a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

a) Operações de crédito

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA	0,0	Adimplente	53.818.615	-	47.929.001	-	64.548.965	-	48.345.785	-
A	0,5	Adimplente	92.547.222	(462.736)	93.188.912	(465.945)	95.472.824	(477.364)	95.647.545	(478.238)
B	1,0	Adimplente	72.401.992	(724.020)	75.614.347	(756.143)	82.555.028	(825.550)	91.850.569	(918.505)
C	3,0	Adimplente	12.545.171	(376.355)	13.767.169	(413.013)	12.662.884	(379.886)	22.038.779	(661.160)
D	10,0	Adimplente	12.030.371	(1.203.035)	19.560.618	(1.956.062)	12.030.371	(1.203.035)	19.560.618	(1.956.062)
D	10,0	Inadimplente	149.296	(14.930)	116.833	(11.683)	149.296	(14.930)	116.833	(11.683)
E	30,0	Adimplente	10.083.497	(3.025.049)	6.427.521	(1.928.256)	10.083.497	(3.025.051)	6.453.926	(1.936.179)
E	30,0	Inadimplente	61.733	(18.520)	-	-	78.061	(23.418)	-	-
F	50,0	Adimplente	67.250	(33.627)	97.113	(48.559)	67.250	(33.627)	97.113	(48.559)
F	50,0	Inadimplente	373.962	(186.981)	418.899	(209.450)	373.962	(186.981)	418.899	(209.450)
G	70,0	Adimplente	325.098	(227.568)	-	-	325.098	(227.568)	-	-
G	70,0	Inadimplente	6.634	(4.644)	-	-	6.634	(4.644)	-	-
H	100,0	Adimplente	12.100.168	(12.100.168)	11.375.743	(11.375.743)	12.104.854	(12.104.854)	11.380.260	(11.380.260)
H	100,0	Inadimplente	918.063	(918.063)	865.667	(865.667)	918.063	(918.063)	865.667	(865.667)
Total			267.429.072	(19.295.696)	269.361.823	(18.030.521)	291.376.787	(19.424.971)	296.775.994	(18.465.763)
Circulante			26.366.676	(1.902.424)	27.241.828	(1.823.511)	29.426.180	(1.918.940)	30.775.492	(1.879.613)
Não circulante			241.062.396	(17.393.272)	242.119.995	(16.207.010)	261.950.607	(17.506.031)	266.000.502	(16.586.150)

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

b) Repasses interfinanceiros

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
AA	0,0	Adimplente	108.511.361	112.797.572	-	-	54.259.273	55.057.751	-	-
A	0,5	Adimplente	50.707.036	51.268.152	(253.537)	(256.340)	94.647.745	93.460.763	(473.239)	(467.304)
B	1,0	Adimplente	10.902.739	10.733.749	(109.027)	(107.337)	12.843.263	12.713.549	(128.432)	(127.134)
E	30,0	Adimplente	6.185	6.762	(1.855)	(2.029)	12.701	14.808	(3.810)	(4.443)
F	50,0	Adimplente	1.188.817	1.162.341	(594.408)	(581.172)	1.188.817	1.162.341	(594.409)	(581.172)
H	100,0	Adimplente	88.986	89.021	(88.986)	(89.021)	88.986	89.021	(88.986)	(89.021)
Total			171.405.124	176.057.597	(1.047.813)	(1.035.899)	163.040.785	162.498.233	(1.288.876)	(1.269.074)
Circulante			17.826.700	18.308.175	(108.976)	(107.723)	37.908.317	37.257.412	(185.573)	(181.758)
Não circulante			153.578.424	157.749.422	(938.837)	(928.176)	125.132.468	125.240.821	(1.103.303)	(1.087.316)

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(18.030.521)	(17.936.130)	(18.465.763)	(18.552.406)
(Constituição) reversão líquida	(1.290.234)	(598.298)	(984.268)	(417.265)
Baixas contra provisão	25.059	503.907	25.060	503.908
Saldo no final do período	(19.295.696)	(18.030.521)	(19.424.971)	(18.465.763)

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.035.899)	(1.197.951)	(1.269.074)	(1.468.346)
(Constituição) reversão líquida	(11.914)	162.052	(19.802)	199.272
Baixas contra provisão	-	-	-	-
Saldo no final do período	(1.047.813)	(1.035.899)	(1.288.876)	(1.269.074)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES	
	31/03/2022	31/03/2021
Créditos transferidos para prejuízo	25.059	22.545
Créditos recuperados	1.306.619	344.326
Créditos renegociados	155.694	7.494.479

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Créditos transferidos para prejuízo	25.064	22.546
Créditos recuperados	1.306.637	344.335
Créditos renegociados	163.939	7.496.241

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Venda a prazo de TVM	-	-	640.026	645.181
Provisão	-	-	(513.461)	(497.948)
	-	-	126.565	147.233
Direitos Recebíveis	11.976	12.388	1.045.838	1.019.084
Provisão	(7.509)	(7.756)	(1.039.890)	(1.012.937)
	4.467	4.632	5.948	6.147
Total	4.467	4.632	132.513	153.380
Circulante	615	617	10.949	12.767
Não circulante	3.852	4.015	121.564	140.613

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Setor público	8.697	9.011	8.697	9.011
Setor privado				
Rural	-	-	-	-
Indústria	3.279	3.377	164.057	184.902
Intermediação financeira	-	-	7.749	7.501
Outros serviços	-	-	1.505.361	1.462.851
Total Setor privado	3.279	3.377	1.677.167	1.655.254
Total	11.976	12.388	1.685.864	1.664.265

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado		
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Vencidos:	-	-	Vencidos:	-	-
A vencer			A vencer		
Até 1 ano	1.650	1.648	Até 1 ano	1.037.232	1.013.128
Entre 1 e 2 anos	1.607	1.606	Entre 1 e 2 anos	36.169	38.166
Entre 2 e 3 anos	1.607	1.606	Entre 2 e 3 anos	36.761	38.672
Entre 3 e 5 anos	3.159	3.173	Entre 3 e 5 anos	73.859	77.688
Entre 5 e 10 anos	2.753	3.139	Entre 5 e 10 anos	489.086	483.300
Após 10 anos	1.200	1.216	Após 10 anos	12.757	13.311
Total	11.976	12.388	Total	1.685.864	1.664.265

5.9.3. Composição da carteira por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

Nível de Risco	% Provisão	Situação	Consolidado*			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	118.281	(592)	139.319	(697)
B	1,0	Adimplente	8.965	(89)	8.697	(86)
H	100,0	Adimplente	512.780	(512.780)	497.165	(497.165)
Total			640.026	(513.461)	645.181	(497.948)
Circulante			45.088	(36.172)	46.886	(36.187)
Não circulante			594.938	(477.289)	598.295	(461.761)

* O BNDES não realizou operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

b) Direitos Recebíveis

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	243	(2)	257	(3)
F	50,0	Adimplente	8.454	(4.228)	8.755	(4.377)
H	100,0	Adimplente	3.279	(3.279)	3.376	(3.376)
Total			11.976	(7.509)	12.388	(7.756)
Circulante			1.650	(1.035)	1.648	(1.031)
Não circulante			10.326	(6.474)	10.740	(6.725)

Nível de Risco	% Provisão	Situação	Consolidado			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	243	(2)	257	(3)
C	3,0	Adimplente	1.526	(46)	1.561	(47)
F	50,0	Adimplente	8.455	(4.228)	8.755	(4.376)
H	100,0	Adimplente	1.035.614	(1.035.614)	1.008.511	(1.008.511)
Total			1.045.838	(1.039.890)	1.019.084	(1.012.937)
Circulante			992.144	(990.111)	966.242	(964.174)
Não circulante			53.694	(49.779)	52.842	(48.763)

5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	Consolidado *	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(497.948)	(961.444)
(Constituição) reversão líquida	(15.513)	463.496
Baixas contra provisão	-	-
Saldo no final do período	(513.461)	(497.948)

* O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

Direitos recebíveis	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(7.756)	(6.809)	(1.012.937)	(925.691)
(Constituição) reversão líquida	247	(947)	(26.957)	(87.246)
Baixas contra provisão	-	-	4	-
Saldo no final do período	(7.509)	(7.756)	(1.039.890)	(1.012.937)

5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BNDES	
	31/03/2022	31/03/2021
Reversão (constituição) líquida sobre:		
Operações de crédito	(1.290.234)	(78.358)
Operações de repasses interfinanceiros	(11.914)	7.114
Debêntures	322	2.717
Direitos recebíveis	247	190
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.306.619	344.326
Receita (despesa) líquida apropriada	5.040	275.989

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Reversão (constituição) líquida sobre:		
Operações de crédito	(984.268)	82.781
Operações de repasses interfinanceiros	(20.967)	17.679
Debêntures	403	2.806
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(15.513)	(10.471)
Direitos recebíveis	(26.957)	(4.996)
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.306.637	344.335
Receita (despesa) líquida apropriada	259.335	432.134

5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	BNDES	
	31/03/2022	31/03/2021
Receitas da intermediação financeira	7.745.984	14.091.798
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	4.034.629	12.527.151
.Moeda nacional	9.853.207	8.212.446
Juros/comissões	7.938.311	6.763.583
Atualização monetária	1.224.622	851.595
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	690.274	597.268
.Moeda estrangeira	(5.818.578)	4.314.705
Juros/comissões	194.570	278.718
Variação cambial	(6.013.148)	4.035.987
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	3.452.082	1.358.469
.Moeda nacional	4.230.977	1.117.526
Juros/comissões	2.104.492	1.276.888
Atualização monetária	2.175.557	450.969
Resultados na alienação	(110.313)	169.047
Ajustes ao valor de mercado	61.241	(779.378)
.Moeda estrangeira	(778.895)	240.943
Juros/comissões	(12.905)	62.875
Variação cambial	(845.853)	178.068
Ajustes ao valor de mercado	79.863	-
Rendas com administração de fundos e programas	259.273	206.178
Despesas da intermediação financeira	(4.743.545)	(10.190.936)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(1.057.301)	(14.314.428)
.Moeda nacional	(11.310.840)	(7.004.726)
Juros/comissões	(10.980.854)	(6.999.446)
Atualização monetária	(329.927)	(117)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(59)	(5.163)
.Moeda estrangeira	10.253.539	(7.309.702)
Juros/comissões	(287.996)	(407.396)
Variação cambial	10.541.535	(6.902.306)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	(3.451.031)	3.807.444
Receitas	862.009	3.865.171
Despesas	(4.313.040)	(57.727)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.040	275.989
Reversão (constituição) de provisão	(1.301.579)	(68.337)
Recuperação de créditos baixados	1.306.619	344.326
Resultado da carteira de câmbio	(240.253)	40.059
Resultado bruto da intermediação financeira	3.002.439	3.900.862

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Receitas da intermediação financeira	8.406.361	14.641.027
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	4.621.510	12.993.240
.Moeda nacional	10.362.024	8.531.997
Juros/comissões	7.927.879	6.525.746
Atualização monetária	1.246.102	860.191
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.188.043	1.146.060
.Moeda estrangeira	(5.740.514)	4.461.243
Juros/comissões	288.854	418.118
Variação cambial	(6.029.368)	4.043.125
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	3.525.578	1.441.609
.Moeda nacional	4.303.709	1.199.762
Juros/comissões	2.086.072	1.339.967
Atualização monetária	2.268.516	469.254
Resultados na alienação	(110.313)	169.047
Ajustes ao valor de mercado	59.434	(778.506)
.Moeda estrangeira	(778.131)	241.847
Juros/comissões	(12.141)	63.779
Variação cambial	(845.853)	178.068
Ajustes ao valor de mercado	79.863	-
Rendas com administração de fundos e programas	259.273	206.178
Despesas da intermediação financeira	(3.217.318)	(9.797.877)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	225.166	(14.083.433)
.Moeda nacional	(10.028.373)	(6.773.731)
Juros/comissões	(9.698.266)	(6.764.705)
Atualização monetária	(329.927)	(117)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(180)	(8.909)
.Moeda estrangeira	10.253.539	(7.309.702)
Juros/comissões	(287.996)	(407.396)
Variação cambial	10.541.535	(6.902.306)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	(3.451.031)	3.807.444
Receitas	862.009	3.865.171
Despesas	(4.313.040)	(57.727)
Resultado de provisão para risco de crédito	259.335	432.134
Reversão (constituição) de provisão	(1.047.302)	87.799
Recuperação de créditos baixados	1.306.637	344.335
Resultado da carteira de câmbio	(250.788)	45.978
Resultado bruto da intermediação financeira	5.189.043	4.843.150

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Títulos para negociação:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.664.481	3.583.826	-	-
Títulos públicos	77.011.634	65.781.998	77.011.634	65.781.998
Títulos de renda fixa no exterior	8	9	58.050	71.189
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	105.224	103.909	1.385.781	1.485.068
	80.781.347	69.469.742	78.455.465	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	320.304	325.809	-	-
Debêntures	4.556.386	4.560.293	4.797.009	4.799.610
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	8.101.872	7.126.933	74.029.889	51.511.863
Títulos públicos	20.588.378	21.806.752	20.588.377	21.806.752
Títulos de renda fixa no exterior	4.784.178	5.837.351	4.784.178	5.837.351
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	1.866.444	1.802.524
	38.351.118	39.657.138	106.065.897	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:				
Títulos públicos	10.891	16.767	45.002	57.864
Títulos de renda fixa no exterior	5.452.253	3.840.889	5.452.253	3.840.889
Debêntures	691.928	744.727	2.328.407	2.392.006
(-) Provisão para risco de crédito – Debêntures	(4.213)	(4.535)	(13.922)	(14.325)
	6.150.859	4.597.848	7.811.740	6.276.434
Instrumentos financeiros derivativos (Nota Explicativa n.º 6.5)	1.478.296	299.615	2.414.186	1.096.986
Total	126.761.620	114.024.343	194.747.288	160.469.775

6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	BNDES									
	31/03/2022									31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.664.481	-	-	-	-	-	-	-	3.664.481	3.583.826
Títulos públicos	-	26.535.462	-	-	-	-	-	-	26.535.462	22.348.389
Títulos de renda fixa no exterior	-	8	-	-	-	-	-	-	8	
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	105.224	-	-	-	-	-	-	105.224	103.909
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	48.119.635	-	-	-	-	-	-	48.119.635	41.137.236
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	2.356.537	-	-	-	-	-	-	2.356.537	2.296.382
	3.664.481	77.116.866	-	-	-	-	-	-	80.781.347	69.469.742
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	320.304	-	-	-	-	-	-	-	320.304	325.809
Debêntures	-	-	-	-	110.146	70.193	117.590	-	297.929	397.693
Ações	7.979.097	-	-	-	-	-	-	-	7.979.097	6.952.318
Títulos públicos	-	699.692	647.735	198.737	1.174.810	665.646	-	3.168.913	6.555.533	9.103.591
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	100.509	529	898.827	3.784.313	4.784.178	5.837.351
Debêntures	-	41.032	38.931	23.049	301.085	742.398	1.641.661	1.470.301	4.258.457	4.162.600
Ações	122.775	-	-	-	-	-	-	-	122.775	174.615
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	-	4.143.070	3.280.281	941.070	1.024.255	-	543.047	9.931.723	8.444.981
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	1.446.598	-	1.761.450	863.327	-	29.747	4.101.122	4.258.180
	8.422.176	740.724	6.276.334	3.502.067	4.389.070	3.366.348	2.658.078	8.996.321	38.351.118	39.657.138
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	7.224	3.667	-	-	-	-	-	10.891	16.767
Debêntures	-	466	20.592	-	138.113	30.200	286.581	215.976	691.928	744.727
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(2)	(102)	-	(691)	(906)	(1.433)	(1.079)	(4.213)	(4.535)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.574.765	1.877.488	-	-	-	-	5.452.253	3.840.889
	-	7.688	3.598.922	1.877.488	137.422	29.294	285.148	214.897	6.150.859	4.597.848
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)										
	-	913.108	426	-	-	997	-	563.765	1.478.296	299.615
Total	12.086.657	78.778.386	9.875.682	5.379.555	4.526.492	3.396.639	2.943.226	9.774.983	126.761.620	114.024.343
Circulante									92.638.853	75.105.896
Não circulante									34.122.767	38.918.444

	Consolidado									
	31/03/2022									31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	51.865.535	-	-	-	-	-	-	51.865.535	43.649.303
Títulos de renda fixa no exterior	-	58.050	-	-	-	-	-	-	58.050	71.189
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	1.385.781	-	-	-	-	-	-	1.385.781	1.485.068
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	22.789.562	-	-	-	-	-	-	22.789.562	19.836.313
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	2.356.537	-	-	-	-	-	-	2.356.537	2.296.382
	-	78.455.465	-	-	-	-	-	-	78.455.465	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Debêntures	-	-	-	-	110.146	70.193	117.590	-	297.929	397.693
Ações	50.297.223	-	-	-	-	-	-	-	50.297.223	44.413.252
Títulos públicos	-	699.692	3.339.834	198.737	1.449.854	685.269	-	3.391.546	9.764.932	11.232.101
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	100.509	529	898.827	3.784.313	4.784.178	5.837.351
Debêntures	-	41.032	279.554	23.049	301.085	742.398	1.641.661	1.470.301	4.499.080	4.401.917
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.866.444	-	-	-	-	-	-	-	1.866.444	1.802.524
Ações	23.732.666	-	-	-	-	-	-	-	23.732.666	7.098.611
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	-	1.450.970	3.280.281	666.026	1.004.632	-	320.414	6.722.323	6.316.471
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	1.446.598	-	1.761.450	863.327	-	29.747	4.101.122	4.258.180
	75.896.333	740.724	6.516.956	3.502.067	4.389.070	3.366.348	2.658.078	8.996.321	106.065.897	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	41.335	3.667	-	-	-	-	-	45.002	57.864
Debêntures	-	916	100.220	-	280.301	42.685	459.382	407.662	1.291.166	1.367.720
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(4)	(500)	-	(1.402)	(1.281)	(2.297)	(2.038)	(7.522)	(7.988)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.574.765	1.877.488	-	-	-	-	5.452.253	3.840.889
Debêntures	-	31.509	242.609	-	-	-	763.123	-	1.037.241	1.024.286
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(158)	(2.427)	-	-	-	(3.815)	-	(6.400)	(6.337)
	-	73.598	3.918.334	1.877.488	278.899	41.404	1.216.393	405.624	7.811.740	6.276.434
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)	-	913.108	934.519	173	-	2.621	-	563.765	2.414.186	1.096.986
Total	75.896.333	80.182.895	11.369.809	5.379.728	4.667.969	3.410.373	3.874.471	9.965.710	194.747.288	160.469.775
Circulante									91.552.704	74.674.100
Não circulante									103.194.584	85.795.675

6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.664.481	3.664.481	3.583.826	3.583.826	-	-	-	-
Títulos públicos	26.543.354	26.535.462	22.545.777	22.348.380	52.397.303	51.865.535	44.317.009	43.649.303
Títulos de renda fixa no exterior	7	8	8	9	58.933	58.050	71.188	71.189
Privado:								
Cotas de fundos de investimento	80.591	105.224	80.591	103.909	1.312.831	1.385.781	1.394.780	1.485.068
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	49.157.768	48.119.635	42.044.580	41.137.236	23.303.819	22.789.562	20.273.348	19.836.313
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	2.353.797	2.356.537	2.297.548	2.296.382	2.353.797	2.356.537	2.297.548	2.296.382
	81.799.998	80.781.347	70.552.330	69.469.742	79.426.683	78.455.465	68.353.873	67.338.255
Títulos disponíveis para venda:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	325.797	320.304	325.797	325.809	-	-	-	-
Debêntures	294.237	297.929	397.540	397.693	294.237	297.929	397.540	397.693
Ações	4.803.912	7.979.097	4.803.912	6.952.318	24.997.940	50.297.223	25.415.758	44.413.252
Títulos públicos	6.952.159	6.555.533	9.452.498	9.103.591	10.226.757	9.764.932	11.636.966	11.232.101
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	5.092.875	4.784.178	5.935.856	5.837.351	5.092.875	4.784.178	5.935.856	5.837.351
Debêntures	4.563.878	4.258.457	4.441.601	4.162.600	5.020.482	4.499.080	4.897.542	4.401.917
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	-	-	1.349.999	1.866.444	1.303.940	1.802.524
Ações	-	122.775	-	174.615	20.056.897	23.732.666	3.686.427	7.098.611
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	10.273.783	9.931.723	8.785.873	8.444.981	6.999.185	6.722.323	6.601.405	6.316.471
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	4.197.149	4.101.122	4.299.807	4.258.180	4.197.149	4.101.122	4.299.807	4.258.180
	36.503.790	38.351.118	38.442.884	39.657.138	78.235.521	106.065.897	64.175.241	85.758.100
Títulos mantidos até o vencimento:								
Carteira própria								
Público:								
Títulos públicos	10.891	10.891	16.767	16.767	45.002	45.002	57.864	57.864
Debêntures	691.928	638.738	744.727	698.219	1.291.166	1.289.416	1.367.720	1.360.348
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(4.213)	(4.213)	(4.535)	(4.535)	(7.523)	(7.523)	(7.988)	(7.988)
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	5.452.253	5.288.664	3.840.889	3.697.004	5.452.253	5.288.664	3.840.889	3.697.004
Debêntures	-	-	-	-	1.037.241	1.618.606	1.024.286	933.666
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	-	-	(6.399)	(6.399)	(6.337)	(6.337)
	6.150.859	5.934.080	4.597.848	4.407.455	7.811.740	8.227.766	6.276.434	6.034.557
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)								
	907.890	1.478.296	17.001	299.615	907.890	2.414.186	17.001	1.096.986
Total	125.362.537	126.544.841	113.610.063	113.833.950	166.381.834	195.163.314	138.822.549	160.227.898
Resumo por tipo de carteira:								
Carteira própria	59.380.040	62.035.824	56.182.255	57.697.171	129.527.884	159.193.770	105.350.441	127.520.552
Vinculados								
Compromissos de recompra	59.431.551	58.051.358	50.830.453	49.582.217	30.303.004	29.511.885	26.874.753	26.152.784
Prestação de Garantias	6.550.946	6.457.659	6.597.355	6.554.562	6.550.946	6.457.659	6.597.355	6.554.562
Resumo por emissor:								
Público	109.265.050	110.507.247	99.294.125	99.558.856	126.157.765	149.580.108	116.728.165	133.881.108
Privado	16.097.487	16.037.594	14.315.938	14.275.094	40.224.069	45.583.206	22.094.384	26.346.790

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Fundos exclusivos	3.984.785	3.909.635	-	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	105.224	103.909	3.252.225	3.287.592
Total	4.090.009	4.013.544	3.252.225	3.287.592
Circulante	4.090.009	4.013.544	1.385.781	1.485.068
Não Circulante	-	-	1.866.444	1.802.524

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Consolidado *			
Fundo	Administrador	31/03/2022	31/12/2021
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	319.380	318.970
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	261.800	256.008
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	260.400	263.034
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	247.942	246.086
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	206.094	201.756
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	200.214	200.449
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	171.436	171.436
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	123.301	126.557
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	113.383	118.391
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	107.060	92.268
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	86.783	86.140
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.977	85.280
Fundo de Investimento do Nordeste	Banco do Nordeste	82.055	81.030
INSEED FIMA FIP	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	79.539	77.006
Subtotal		2.345.364	2.324.411
Outros		906.861	963.181
Total		3.252.225	3.287.592
Circulante		1.385.781	1.485.068
Não circulante		1.866.444	1.802.524

* Em 31/03/2022, o BNDES possuía cotas de participações no valor de R\$ 105.224 (R\$ 103.909 em 31/12/2021).

6.4. Debêntures

6.4.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo de debêntures disponíveis para venda	4.556.386	4.560.293	4.797.009	4.799.610
Circulante	79.963	149.587	320.586	388.904
Não circulante	4.476.423	4.410.706	4.476.423	4.410.706

6.4.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682/1999, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

6.4.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor bruto	691.928	744.727	2.328.407	2.392.006
Provisão para risco de crédito	(4.213)	(4.535)	(13.922)	(14.325)
Valor líquido	687.715	740.192	2.314.485	2.377.681
Circulante	20.954	42.808	372.165	420.451
Não circulante	666.761	697.384	1.942.320	1.957.230

6.4.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Setor público	691.928	744.727	1.291.166	1.367.721
Setor privado	-	-	794.632	781.153
Indústria	-	-	242.609	243.132
Outros serviços ^(*)	-	-	1.037.241	1.024.285
Total Setor privado	-	-	2.328.407	2.392.006
Total	691.928	744.727	2.328.407	2.392.006

(*) Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

6.4.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado		
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Até 1 ano	21.058	43.022	Até 1 ano	375.254	423.786
Entre 1 e 2 anos	-	-	Entre 1 e 2 anos	-	-
Entre 2 e 3 anos	138.113	151.638	Entre 2 e 3 anos	280.301	287.763
Entre 3 e 5 anos	30.200	32.508	Entre 3 e 5 anos	42.685	45.940
Entre 5 e 10 anos	286.581	297.527	Entre 5 e 10 anos	1.222.505	1.223.575
Após 10 anos	215.976	220.032	Após 10 anos	407.662	410.942
Total	691.928	744.727	Total	2.328.407	2.392.006

6.4.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
A	0,5	Adimplente	661.728	712.219	(3.307)	(3.560)	2.043.113	2.102.933	(10.213)	(10.514)
B	1,0	Adimplente	-	-	-	-	242.609	243.133	(2.427)	(2.432)
C	3,0	Adimplente	30.200	32.508	(906)	(975)	42.685	45.940	(1.282)	(1.379)
Total			691.928	744.727	(4.213)	(4.535)	2.328.407	2.392.006	(13.922)	(14.325)
Circulante			21.058	43.022	(104)	(214)	375.254	423.786	(3.089)	(3.335)
Não circulante			670.870	701.705	(4.109)	(4.321)	1.953.153	1.968.220	(10.833)	(10.990)

6.4.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(4.535)	(8.475)	(14.325)	(22.326)
(Constituição) reversão líquida	322	3.940	403	8.001
Baixa contra provisão	-	-	-	-
Saldo no final do período	(4.213)	(4.535)	(13.922)	(14.325)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.11.

6.5.1. Composição

BNDES						
		31/03/2022			31/12/2021	
		Valor de referência	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro	jun/22	438	426	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	45.436	416.928	-	151.704	(49.481)
Subtotal		45.874	417.354	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jan/26	41.879	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jul/22 a jan/29	(69.009.399)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	mai/22	627.759	-	-	-	-
USD (posição vendida)	abr/22	(317.433)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	abr/22 a jan/27	20.467.344	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/22 a mai/35	8.023.159	-	-	-	-
Subtotal		(40.166.691)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	abr/22	-	913.109	(912.807)	-	-
Subtotal		-	913.109	(912.807)	-	-
Opções						
Precificação						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes e Proporção do Valuation/DCF		147.833	-	147.833	-
Subtotal			147.833	-	147.833	-
Total			1.478.296	(912.807)	299.615	(49.481)
Circulante			913.534	(912.807)	78	(46.206)
Não circulante			564.762	-	299.537	(3.275)

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos"

		Consolidado				
		31/03/2022			31/12/2021	
		Valor de referência	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado (Passivo)	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado (Passivo)
Vencimentos						
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro	jun/22	438	426	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	45.436	416.928	-	151.704	(49.481)
Subtotal		45.874	417.354	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jan/26	41.879	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jul/22 a jan/29	(69.009.399)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	mai/22	627.759	-	-	-	-
USD (posição vendida)	abr/22	(317.433)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	abr/22 a jan/27	20.467.344	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/22 a mai/35	8.023.159	-	-	-	-
Subtotal		(40.166.691)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	abr/22	-	913.109	(912.807)	-	-
Subtotal		-	913.109	(912.807)	-	-
Opções						
Precificação						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes, Proporção do Valuation/DCF e Árvore Binomial	773.423	-	-	683.183	-
Subtotal		773.423	-	-	683.183	-
Derivativos embutidos						
Bônus de subscrição de ações		310.300	-	-	262.021	-
Subtotal		310.300	-	-	262.021	-
Total		2.414.186	(912.807)	1.096.986	(49.481)	
Circulante		1.847.627	(912.807)	795.825	(46.206)	
Não circulante		566.559	-	301.161	(3.275)	

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	BNDES				Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos de swaps	425	416.929	78	151.704	425	416.929	78	151.704
Contratos a termo	913.109	-	-	-	913.109	-	-	-
Contratos de opções	-	-	-	-	623.793	149.630	533.726	149.457
Derivativos embutidos	-	147.833	-	147.833	310.300	-	262.021	-
Total	913.534	564.762	78	299.537	1.847.627	566.559	795.825	301.161
Passivo								
Contratos de swaps	-	-	(46.206)	(3.275)	-	-	(46.206)	(3.275)
Contratos a termo	(912.807)	-	-	-	(912.807)	-	-	-
Total	(912.807)	-	(46.206)	(3.275)	(912.807)	-	(46.206)	(3.275)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.5.2. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de março de 2022. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 3,92 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de março de 2022, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 32.401, e houve recebimento do valor de R\$ 184.119 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 252.455 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

6.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas):	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Contratos de swaps	315.739	209.381	315.739	209.381
Contratos de futuro	(3.767.072)	3.597.441	(3.767.072)	3.597.441
Contratos a termo	302	622	302	622
Subtotal Câmbio e taxa de juros	(3.451.031)	3.807.444	(3.451.031)	3.807.444
Contratos de opções	-	886	90.240	(71.729)
Derivativos embutidos	-	-	48.279	(177.206)
Subtotal Renda variável	-	886	138.519	(248.935)
Total	(3.451.031)	3.808.330	(3.312.512)	3.558.509
Câmbio e taxa de juros	(3.451.031)	3.807.444	(3.451.031)	3.807.444
Renda variável	-	886	138.519	(248.935)

7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre as práticas contábeis dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em “Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda”, “Ativos não financeiros mantidos para venda – coligada” e “Investimentos Permanentes”. Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários – Ações				
Circulante	-	-	-	571.696
Não circulante	8.101.872	7.126.933	74.029.889	50.940.167
Subtotal Títulos e Valores Mobiliários – Ações DPV	8.101.872	7.126.933	74.029.889	51.511.863
Ativos não financeiros mantidos para venda - coligada	-	-	131.082	-
Investimentos				
Participações em Controladas	131.992.292	118.696.136	-	-
Participações em Coligadas	-	-	1.888.665	11.793.115
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Subtotal Investimentos Permanentes	132.134.438	118.838.282	2.030.811	11.935.261
Total	140.236.310	125.965.215	76.191.782	63.447.124

(1) Além do valor de R\$ 131.082 em 31 de março de 2022 o saldo da rubrica “Ativos Mantidos para Venda” no balanço inclui R\$ 999 referente a outros ativos que não coligadas.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ações disponíveis para venda				
Dividendos	476.974	-	3.245.012	3.473
Juros sobre o capital próprio	-	-	126.708	121.013
Coligadas				
Dividendos	-	-	7.487	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.617	7.929
Controladas				
Dividendos	5.015.450	4.896.728	-	-
Total	5.492.424	4.896.728	3.381.824	132.415

Segue os principais impactos no resultado:

Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	-	(6.900)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	(25.885)	-
Total	(25.885)	(6.900)

Venda de ações e Bônus e direitos de subscrição	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Ações Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.2)	734.956	10.585.568
Ações Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	1.129.105	-
Bônus e direito de subscrição de ações	19	151
Total	1.864.080	10.585.719

7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

Empresas investidas	Consolidado - 31/03/2022			Valor Contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
NÍVEL 1							
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	7,93	4.483.480	3.855.928	34.325.458	30.064.508
JBS ⁽²⁾	461.661	-	20,57	-	-	17.164.560	-
ELETRONBRAS ⁽³⁾	216.303	36.954	16,15	3.495.617	3.096.390	9.543.192	8.455.187
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	-	-	4.873.964	4.147.329
CEMIG	63.083	-	3,73	-	-	1.285.630	1.452.578
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	-	600.414	987.303
BRASIL ENERGIA	39.555	-	8,04	-	-	479.402	437.869
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	-	-	231.394	221.104
COPASA	13.160	-	3,46	-	-	177.654	166.337
ENGIE BRASIL ENERGIA ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	279.212
Subtotal Nível 1				7.979.097	6.952.318	68.681.668	46.211.427
Outras empresas - Nível 1				-	-	313.176	514.476
Total Nível 1				7.979.097	6.952.318	68.994.844	46.725.903
NÍVEL 2				-	-	238.189	79.028
NÍVEL 3				122.775	174.615	4.796.856	4.706.932
TOTAL				8.101.872	7.126.933	74.029.889	51.511.863
Circulante				-	-	-	571.696
Não circulante				8.101.872	7.126.933	74.029.889	50.940.167

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022 a subsidiária BNDESPAR alienou a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17.700 mil ações, de forma que as empresas do Sistema BNDES não possuem mais ações ordinárias da Petrobras (vide Nota Explicativa n.º 7.1.2). Do total da participação de 7,93%, 1,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais).

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022 a Administração da BNDESPAR concluiu não mais exercer influência significativa na JBS, e portanto o investimento nessa empresa foi transferido do grupo Coligadas para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda. Vide Nota Explicativa n.º 7.2.2.

⁽³⁾ Do total da participação de 16,15%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 10,23% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ Ações alienadas durante o trimestre findo em 31 de março de 2022. Vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 a BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 da hierarquia de valor justo um ativo cujo saldo era R\$ 162.906 em 31 de março de 2022 e R\$ 166.870 em 31 de dezembro de 2021. Não houve reclassificações das ações disponíveis para venda entre os Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo no trimestre findo em 31 de março de 2021.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	174.615	77.420	4.706.932	4.856.104
Aquisições	-	-	-	6.896
Transferência do Nível 3 para Nível 1	-	-	-	(81.636)
Transferência do Nível 1 para Nível 3	-	-	-	98.264
Transferência do Nível 3 para Nível 2	-	-	-	(37.921)
Ajuste ao valor justo	(51.840)	97.195	89.924	(134.775)
Saldo no final do período	122.775	174.615	4.796.856	4.706.932

7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 não foram identificados novos ativos com indícios de perda permanente no valor dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda das empresas do Sistema BNDES.

O valor reconhecido como provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda no trimestre findo em 31 de março de 2021, no valor de R\$ 6.900 no consolidado, corresponde a ativos cujo caráter permanente da perda foi identificado em anos anteriores. A perda com as ações classificadas como disponível para venda está incluída na linha "Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos" na demonstração do resultado, juntamente com a provisão para redução ao valor recuperável do investimento em ações de coligadas.

7.1.2. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas, e inclui o resultado das alienações de (i) ações disponíveis para venda; (ii) participações em coligadas e (iii) bônus e direitos de subscrição de ações.

No trimestre findo em 31 de março de 2022 foi apurado ganho de R\$ 1.864.080 no resultado consolidado, dos quais R\$ 734.956 refere-se a alienação de ações disponíveis para venda.

A operação de alienação com valor mais relevante realizada no trimestre findo em 31 de março de 2022 refere-se à alienação pela BNDESPAR da totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações que correspondem a 0,24% do capital social votante da Petrobras. A operação foi realizada em pregão na bolsa de valores (B3) ao preço médio unitário de venda de R\$ 35,88 por ação e gerou um ganho de R\$ 350.950 sem considerar o efeito fiscal. A participação do Sistema BNDES no capital social total da Petrobras foi reduzida de 8,07% para 7,93% do capital total da Companhia investida.

No trimestre findo em 31 de março de 2021 foi apurado ganho de R\$ 10.585.719 no resultado consolidado, sendo R\$ 10.585.568 referente a venda de ações disponíveis para venda. A maior parte desse ganho, R\$ 9.535.749 é resultado da alienação pela BNDESPAR da totalidade das ações da Vale S.A. de sua titularidade.

7.1.3. Receita de Dividendos e JSCP de investimentos em ações disponíveis para venda

A seguir estão demonstrados os proventos de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) referentes às empresas listadas em Bolsa, evidenciados nas Demonstrações dos Resultados:

Empresas investidas	BNDES					
	31/03/2022			31/03/2021		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
Petrobras	386.956	-	386.956	-	-	-
Eletrobras	80.636	-	80.636	135.812	-	135.812
Total	467.592	-	467.592	135.812	-	135.812

Empresas investidas	Consolidado					
	31/03/2022			31/03/2021		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
Petrobras	2.962.527	-	2.962.527	-	-	-
Eletrobras	210.022	-	210.022	368.760	-	368.760
Copel	-	-	-	327.399	31.993	359.392
Subtotal	3.172.549	-	3.172.549	696.159	31.993	728.152
Outras empresas	5.054	10.306	15.360	8.550	5.004	13.554
Total	3.177.603	10.306	3.187.909	704.709	36.997	741.706

7.2. Investimentos Permanentes e Ativos Mantidos para venda

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Em controladas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	131.992.292	118.696.136	-	-
Em coligadas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	-	1.888.665	11.793.115
Ativos mantidos para venda	-	-	131.082	-
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	132.134.438	118.838.282	2.161.893	11.935.261

7.2.1. Controladas – BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	Resultado de equivalência patrimonial		Outros Resultados Abrangentes - Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas ⁽¹⁾		Valor contábil do investimento	
				31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	31/03/2022	16.149.093	458.376	458.376	280.468	7.148	(12.842)	16.149.093	15.670.727
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ⁽²⁾	31/03/2022	115.843.199	11.215.322	11.215.322	7.800.764	18.095.216	16.493.289	115.843.199	103.025.409
Total				11.673.698	8.081.232	18.102.364	16.480.447	131.992.292	118.696.136

⁽¹⁾ Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

⁽²⁾ O patrimônio líquido, o resultado do período e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100% e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa n.º 19.1.

(A) Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

	31/03/2022				31/12/2021
	Resultado do trimestre	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Lucros Acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR Padrão CVM	10.644.342	26.268.376	533.808	116.143.183	103.424.074
Ajustes de práticas contábeis:					
Participação em coligadas ⁽¹⁾	91.900	-	(91.900)	-	(91.900)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ⁽²⁾	(643)	(3.079.388)	3.080.031	-	-
Perda por redução do valor recuperável ⁽³⁾	(22.004)	(9.141.297)	8.633.667	(529.633)	(521.745)
Alienação de ações VJORA ⁽⁴⁾	749.071	-	(749.071)	-	-
Outros ajustes	13.662	(107.509)	93.847	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	(261.006)	4.155.034	(3.664.379)	229.649	214.980
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif	11.215.322	18.095.216	7.836.003	115.843.199	103.025.409

(1) A partir de 01 de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão CVM já era reconhecido no resultado do período seguindo o CPC 15 – Combinação de Negócios, passa a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020. Até 31 de dezembro de 2021 tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento, para fins do Padrão Cosif. O valor de R\$ 91.900 inclui o saldo do deságio e dos ajustes de equivalência patrimonial e provisão para perdas decorrentes do menor saldo do ativo no Padrão Cosif até então.

(2) A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica determinadas debêntures na categoria "Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado" e reconhece o Ajuste a Valor Justo ("AVJ") da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria "Disponível para Venda", sendo o AVJ reconhecido como ORA dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria "Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado".

(3) Ajuste de prática contábil decorrente da diferença nos critérios de mensuração e reconhecimento de determinados ativos financeiros entre a Prática CVM e a Prática Cosif:

(i) Reconhecimento da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda pelo Padrão CVM (CPC 38- Instrumentos Financeiros) em comparação com a prática determinada pelo Padrão Cosif (Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão CVM determinava o reconhecimento da Perda por redução ao valor recuperável no resultado (tendo sido alterado pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018), enquanto a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização. A movimentação no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2022 refere-se a realização de parte dessa diferença, sendo R\$ 14.116 decorrente da venda pela BNDESPAR de ações ordinárias da Petrobras.

(ii) Mensuração da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda realizada no Padrão CVM, até 31 de dezembro de 2017, no escopo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros (conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo) e pelo Padrão Cosif no escopo da Circular BACEN n.º 3.068/2001 (conceito de perdas de caráter permanente).

(iii) A mensuração da "Perda por redução ao valor recuperável" dos demais ativos financeiros, realizada no Padrão CVM de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e no Padrão Cosif de acordo com a Resolução CMN 2.682/99.

(4) A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, reconhece o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" diretamente em lucros acumulados. No Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

7.2.2. Participações em coligadas – consolidado

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.1.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/01/2022 ⁽¹⁾					01/11/2021 a 31/01/2022 - três meses ⁽¹⁾					31/03/2022
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados dos abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado ⁽²⁾
Tupy	1.994.190	3.529.007	788.585	2.026.085	2.708.527	1.028.891	(136)	-	(62.785)	(62.921)	728.772
Iguá	922.859	3.881.198	74.957	1.914.545	2.814.555	79.428	(52.927)	-	-	(52.927)	
CBO Holding	6.880	1.777.552	111.086	-	1.673.346	173.023	164.639	-	(73.941)	90.698	
CTC	401.471	1.338.653	75.730	24.686	1.639.708	101.334	77.874	-	(289)	77.585	
Total	3.325.400	10.526.410	1.050.358	3.965.316	8.836.136	1.382.676	189.450	-	(137.015)	52.435	

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam aproximadamente 93% da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 31 de março de 2022:

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda ⁽²⁾	31/03/2022 ⁽¹⁾					31/12/2021 ⁽¹⁾		Natureza das atividades do negócio da coligada
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	(Provisão) / Reversão Perdas	Total	Total	
		Ordinárias	Total					
Coligadas								
Tupy	40.645	28,19	28,19	763.568	-	763.568	780.705	Setor de metalurgia e siderurgia
Iguá	56.335	13,21	13,21	371.889	-	371.889	417.724	Saneamento
CBO Holding	26.172	18,88	18,88	315.928	-	315.928	305.044	Apoio marítimo a indústria de E&P de petróleo e gás
CTC	60.902	18,99	18,99	311.336	-	311.336	242.035	Biotecnologia
JBS ⁽⁴⁾				-	-	-	9.716.163	Setor de alimentos
Subtotal				1.762.721	-	1.762.721	11.461.671	
Outras coligadas				426.939	(300.995)	125.944	331.444	
Total coligadas				2.189.660	(300.995)	1.888.665	11.793.115	
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁵⁾				131.082	-	131.082	-	
Total				2.320.742	(300.995)	2.019.747	11.793.115	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/01/2022 para cálculo da equivalência em 31/03/2022).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

⁽⁴⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para venda, conforme detalhado no item ⁽⁵⁾.

⁽⁵⁾ Em 31 de março de 2022 a Administração da BNDESPAR aprovou a venda do investimento mantido em determinada coligada. Considerando que trata-se de um ativo cuja realização deve ocorrer pela sua venda; que está disponível para venda imediata; e cuja alienação seja altamente provável, seguindo a orientação da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020 e da Resolução 4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021, em vigor de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, em 31 de março de 2022 o valor desse ativo (R\$ 131.082) está apresentado no grupo de "Ativos Mantidos para Venda". Dado que o valor justo da operação excede o valor do investimento avaliado pelo método da equivalência, nenhum ajuste foi feito ao saldo do investimento.

JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* na bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3). Na data da venda a participação da BNDESPAR na JBS foi reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A. Tal operação gerou um lucro de R\$ 1.129.105 (sem considerar os efeitos fiscais) no trimestre findo em 31 de março de 2022, apresentado na rubrica “Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição”.

Considerando a redução da participação no capital da JBS para menos de 20% em 16 de fevereiro de 2022, aliada a inexistência de acordo de acionistas vigente que permitam a BNDESPAR vetar matérias relevantes ou participar na definição de políticas operacionais e financeiras da investida, a Administração entendeu que a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na JBS, passando a tratar o investimento na JBS como instrumento financeiro. Portanto, em 31 março de 2022 o investimento da BNDESPAR na JBS está apresentado no grupo de Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda. Tal reclassificação gerou um ganho de R\$ 8.824.107, sendo: (i) R\$ 6.590.434 decorrente da mensuração inicial do investimento na JBS pelo seu valor justo e (ii) R\$ 2.233.673 decorrente da transferência para do resultado do saldo de Outros Resultados Abrangentes Reflexo de coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido. Esse efeito foi reconhecido na rubrica “Outras rendas (despesas) sobre participações societárias”, cujo saldo total é de R\$ 8.976.499 no consolidado.

7.2.3 Movimentação dos investimentos em coligadas e Ativos Mantidos para Venda - Consolidado

Os quadros a seguir mostram as principais movimentações ocorridas na carteira de coligadas da BNDESPAR para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021:

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participação em coligadas (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Alienação	Saldo em 31/03/2022
Tupy	780.705	-	-	304	-	(17.441)	-	-	-	763.568
Iguá	417.724	-	-	(45.824)	-	(11)	-	-	-	371.889
CBO Holding	305.044	-	-	24.844	-	(13.960)	-	-	-	315.928
CTC	242.035	-	-	(17.261)	86.552	10	-	-	-	311.336
JBS (3)	9.716.163	-	-	789.614	-	288.396	-	(10.794.173)	-	-
Subtotal	11.461.671	-	-	751.677	86.552	256.994	-	(10.794.173)	-	1.762.721
Outras coligadas	331.444	-	(9.849)	(98.751)	60.284	177	(25.885)	(131.082)	(394)	125.944
Total coligadas	11.793.115	-	(9.849)	652.926	146.836	257.171	(25.885)	(10.925.255)	(394)	1.888.665
Ativos Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	-	131.082	-	131.082
Total	11.793.115	-	(9.849)	652.926	146.836	257.171	(25.885)	(10.794.173)	(394)	2.019.747

Coligadas	Saldo em 01/01/2021	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com participação em coligadas (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Saldo em 31/03/2021
JBS	9.009.691	(252.930)	1.003.280	(199.380)	(483.919)	9.076.742
Tupy	737.226	-	11.480	148	(12.102)	736.752
Iguá	128.099	-	(2.059)	-	-	126.040
CBO Holding	248.899	-	3.703	-	4.574	257.176
CTC	245.891	-	6.160	(5.348)	(83)	246.620
Subtotal	10.369.806	(252.930)	1.022.564	(204.580)	(491.530)	10.443.330
Outras coligadas	499.095	(2.336)	(1.659)	(1.130)	(5.853)	488.117
Total coligadas	10.868.901	(255.266)	1.020.905	(205.710)	(497.383)	10.931.447

(1) Amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos e a baixa dos deságios apurados na aquisição de participação societária (este último apenas no trimestre findo em 31 de março de 2022), incluídos na linha “Outras Rendas sobre participações societárias” da demonstração do resultado.

(2) A movimentação do “Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas” decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

(3) Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações Disponíveis para Venda.

7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas - consolidado

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2022	31/03/2021
Passivo a descoberto nas coligadas – Correspondente a participação da BNDESPAR ⁽¹⁾	869.557	909.570
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	941	9.640

⁽¹⁾ Apurado no investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No trimestre findo em 31 de março de 2022 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, identificando a necessidade de reversão de R\$ 9.462, e constituição de R\$ 35.347 (totalizando o efeito de R\$ 25.885 no trimestre corrente). No trimestre findo em 31 de março de 2021 não foi identificada a necessidade de constituição ou de reversão da provisão.

7.3. Outras participações societárias

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
FGI ⁽¹⁾	84.344	-	14,63	100.000	100.000	100.000	100.000
Total				100.000	100.000	100.000	100.000

⁽¹⁾ Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

7.4. Outros investimentos

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Títulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118 ⁽¹⁾	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	42.146	42.146	42.146	42.146

⁽¹⁾ Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502.

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber – Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março de 2020 e fevereiro de 2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Direitos a receber – Sistema Eletrobras	4.038.233	5.045.893
Total	4.038.233	5.045.893
Circulante	4.038.233	4.549.390
Não circulante	-	496.503

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Material em estoque	1.186	1.187	1.186	1.187
Subtotal	1.186	1.187	1.186	1.187
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.288	1.288	133.369	2.287
Despesas antecipadas	1.059.694	1.280.073	1.059.694	1.280.074
Prêmio de seguro	212.243	263.124	212.243	263.125
Comissão de agente	19.474	23.388	19.474	23.388
Prêmio de seguro financiado	827.977	993.561	827.977	993.561
Total	1.062.168	1.282.548	1.194.249	1.283.548

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos				
País	2.576.877	2.832.950	2.576.877	2.832.950
Exterior	7.593.904	9.007.763	7.593.904	9.007.763
	10.170.781	11.840.713	10.170.781	11.840.713
Repases				
País				
Tesouro nacional	99.073.080	101.318.093	99.073.080	101.318.093
Fundo Marinha Mercante	20.654.039	24.029.327	20.654.039	24.029.327
Outros	636.986	635.909	636.986	635.909
Exterior - Instituições multilaterais	20.181.380	24.390.216	20.181.380	24.390.216
	140.545.485	150.373.545	140.545.485	150.373.545
Total	150.716.266	162.214.258	150.716.266	162.214.258
Circulante	12.935.193	13.792.663	12.935.193	13.792.663
Não circulante	137.781.073	148.421.595	137.781.073	148.421.595

Os contratos de empréstimos e repases não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.744.881	1.833.882
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	831.996	999.068
Total	2.576.877	2.832.950
Circulante	434.286	445.660
Não circulante	2.142.591	2.387.290

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.744.881 em 31 de março de 2022 – R\$ 371.913 no circulante e R\$ 1.372.968 no não circulante – (R\$ 1.833.882, sendo R\$ 372.270 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante em 31 de dezembro de 2021) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior - Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	BNDES e Consolidado	
				31/03/2022	31/12/2021
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ^{(2) (3)}	5,750%	Bank of New York	5.183.480	6.105.452
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.353.730	2.772.381
Juros provisionados				56.694	129.930
Total				7.593.904	9.007.763
Circulante				56.694	129.930
Não circulante				7.537.210	8.877.833

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
US\$	15,34	738.815	891.339
US\$ + 3,02%	17,13	4.274.443	5.182.723
SELIC	18,53	5.906.238	3.634.576
TJLP	18,98	87.499.811	90.890.900
TLP	18,98	164.899	243.271
Reais + 3,25%	1,78	16.528	28.092
Juros provisionados		472.346	447.192
Total		99.073.080	101.318.093
Circulante		8.064.317	8.138.152
Não circulante		91.008.763	93.179.941

Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de março de 2022, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 20.654.039 (R\$ 24.029.327 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1.995.675 no circulante e R\$ 18.658.364 no não circulante (R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante em 31 de dezembro de 2021). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 74% em 31 de março de 2022 (77% em 31 de dezembro de 2021)

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
			31/03/2022	31/12/2021
Japan Bank for International Cooperation – JBIC	YEN/US\$	5,35	1.119.305	1.488.133
Inter-American Development Bank - BID	US\$	14,38	14.657.570	17.613.453
Nordic Investment Bank - NIB	US\$	0,00	-	50.732
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US\$	8,94	2.671.013	3.146.100
Agence Française de Développement - AFD	US\$	4,69	542.215	638.657
New Development Bank - NDB	US\$	7,10	1.105.487	1.395.125
Juros provisionados			85.790	58.016
Total			20.181.380	24.390.216
Circulante			2.384.221	2.772.314
Não circulante			17.797.159	21.617.902

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,27% e 4,31% a.a. em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Taxas de captação:		
Até 3%	17.233.503	22.932.818
De 3,1 a 5%	2.862.087	1.399.382
Juros provisionados	85.790	58.016
Total	20.181.380	24.390.216

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW e *Agence Française de Développement* – AFD, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

10.2. Composição por vencimento

	BNDES e Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	10.494.278	2.440.915	12.935.193	10.890.419	2.902.244	13.792.663
Entre 1 e 2 anos	8.838.559	7.540.951	16.379.510	9.859.327	2.622.174	12.481.501
Entre 2 e 3 anos	7.757.808	4.581.011	12.338.819	8.146.933	2.504.392	10.651.325
Entre 3 e 5 anos	15.174.930	3.902.007	19.076.937	16.001.880	4.782.400	20.784.280
Entre 5 e 10 anos	34.072.005	5.535.633	39.607.638	35.691.744	6.713.159	42.404.903
Após 10 anos	46.603.402	3.774.767	50.378.169	48.225.976	13.873.610	62.099.586
Total	122.940.982	27.775.284	150.716.266	128.816.279	33.397.979	162.214.258

11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa n.º 26.17.

11.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	311.864.271	303.565.919
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US\$) ⁽¹⁾	24.434.820	29.585.794
	336.299.091	333.151.713
Juros provisionados	4.313.027	7.562.220
Total	340.612.118	340.713.933
Circulante	4.313.027	7.562.220
Não circulante	336.299.091	333.151.713

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 21.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

11.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT” pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Fomentar	1.985.548	2.059.596
Pronaf	3.319.364	3.441.417
Infraestrutura	1.084.531	1.140.251
Total	6.389.443	6.641.264
Circulante	898.874	939.667
Não circulante	5.490.569	5.701.597

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	31/03/2022												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	4.105	13.645	-	17.750	3.867	13.354	-	56.247	73.468	164.021	920.510	1.084.531
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	4.105	13.645	-	17.750	3.867	13.354	-	56.247	73.468	164.021	920.510	1.084.531
PRONAF:	-	7.885	9.395	70.928	88.208	6.265	9.389	77.180	117.428	210.262	330.144	2.989.220	3.319.364
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	7.885	9.395	70.928	88.208	6.265	9.389	77.180	117.428	210.262	330.144	2.989.220	3.319.364
FAT FOMENTAR:	-	7.821	1.537	45.887	55.245	7.247	1.578	51.059	69.410	129.294	374.331	1.611.217	1.985.548
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	7.398	407	43.977	51.782	7.094	453	48.666	63.130	119.343	336.641	1.489.919	1.826.560
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	423	1.130	1.910	3.463	153	1.125	2.393	6.280	9.951	37.690	121.298	158.988
Total	-	19.811	24.577	116.815	161.203	17.379	24.321	128.239	243.085	413.024	868.496	5.520.947	6.389.443

11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	310.917.202	29.796.731	6.641.264	347.355.197
. Ingresso de recursos	5.520.793	-	-	5.520.793
. Variação cambial	-	(4.387.360)	-	(4.387.360)
. Provisão de juros	5.000.535	86.773	-	5.087.308
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	161.203	161.203
. Capitalização de juros	2.013.946	-	-	2.013.946
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(243.085)	(243.085)
. Pagamento de juros	(8.336.502)	-	(169.939)	(8.506.441)
. Movimentação cambial	974.551	(974.551)	-	-
Saldo no final do período	316.090.525	24.521.593	6.389.443	347.001.561

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Letras do Tesouro Nacional – LTN	47.664.343	54.228.638	25.212.887	32.944.484
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	31.261.593	32.317.192	2.911.982	2.513.694
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	19.020.241	3.922.839	17.487.037	3.604.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	2.558.727	2.599.744	764.371	762.053
Total	100.504.904	93.068.413	46.376.277	39.825.117
Circulante	100.504.904	93.068.413	46.376.277	39.825.117
Não circulante	-	-	-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Fundo Amazônia (FA)	3.753.338	3.672.749	3.753.338	3.672.749
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.369.795	1.383.629	1.369.795	1.383.629
Fundo de Terras (FT)	913.871	880.539	913.871	880.539
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	1.681.012	1.648.266	1.956.165	1.648.266
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	674.930	760.775	674.930	760.775
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	244.654	240.908	244.654	240.908
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	4.103	3.945	4.103	3.945
Outros	1.878	2.358	2.197	276.677
Total	8.643.581	8.593.169	8.919.053	8.867.488

13.2. Diversas

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
Provisão de desembolso - Fundo Social	120.238	154.485	120.238	154.485
Provisão de desembolso - FUNTEC	286.013	294.019	286.013	294.019
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	9.220	9.570	9.220	9.570
Operações financeiras a liquidar	156.287	603.228	156.287	603.228
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 19.8)	247.178	247.178	251.427	251.427
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	2.282	2.282	2.282	2.282
Fornecedores	28.709	102.675	39.095	113.081
Obrigações trabalhistas (pessoal)	389.155	362.903	397.188	370.934
Depósitos a apropriar	5.679	4.607	14.804	11.188
Valores a pagar - FGPC	49.126	50.216	46.532	47.622
Rendas antecipadas - garantias prestadas (Nota Explicativa n.º 13.2.2)	3.780	-	3.780	-
Outras	4.286	3.717	12.119	48.337
	1.301.953	1.834.880	1.338.985	1.906.173
Não circulante				
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	2.051	2.051	2.051	2.051
Garantias financeiras prestadas (Nota Explicativa n.º 13.2.2)	934	910	934	910
	2.985	2.961	2.985	2.961
Total	1.304.938	1.837.841	1.341.970	1.909.134

13.2.1. Depósitos a apropriar

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos para liquidação de operações de crédito	282.023	242.961	332.798	287.910
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	78.945	76.691	78.945	76.691
Outros	11.435	57.838	11.435	57.838
Total	372.403	377.490	423.178	422.439
Circulante	372.403	377.490	423.178	422.439

13.2.2. Garantias Financeiras e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Tipo de Garantia Financeira	BNDES e Consolidado			
	Garantias Prestadas		Provisão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Outros Avais	93.318	90.992	934	910
Total	93.318	90.992	934	910

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.512/2016 e n.º 2.682/1999, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.20.

Movimentação da provisão para Garantias Prestadas

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	910	-
Constituição	24	910
Saldo no final do período	934	910

Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência. Até 31 de dezembro de 2021 esses valores estavam registrados na rubrica “Resultados de exercícios futuros” tendo seu saldo reclassificado em função da Resolução BCB n.º 92/2021 a partir de janeiro de 2022.

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures - emissão privada	1.006.636	1.104.756
Letras Financeiras	1.080.518	1.053.682
Total	2.087.154	2.158.438
Circulante	1.399.848	1.423.552
Não circulante	687.306	734.886

14.1. Debêntures - Emissão privada - (BNDES)

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
2ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
3ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
4ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
5ª série		
Principal corrigido (TR)	143.406	157.383
Juros provisionados (6% a.a.)	398	437
Total	1.006.636	1.104.756
Circulante	319.330	369.870
Não circulante	687.306	734.886

14.2. Letras Financeiras - (BNDES)

Em 22 de outubro de 2020 o BNDES emitiu R\$ 1 bilhão em Letras Financeiras Verdes (LFV), conhecidos como “Green Bonds”. A captação foi lançada toda no mercado doméstico brasileiro, com vencimento de dois anos e taxa de CDI + 0,45% ao ano. A emissão foi realizada na forma de oferta privada aos principais parceiros de negócios do BNDES, em especial instituições financeiras e investidores institucionais brasileiros, e os recursos serão destinados no financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis de geração de energia, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	31/03/2022	31/12/2021
Valores de emissão (Principal)	2022	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados		80.518	53.682
Total		1.080.518	1.053.682
Circulante		1.080.518	1.053.682
Não circulante		-	-

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.18.

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	BNDES	
	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	14.672.235	11.387.622
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(6.602.506)	(5.124.430)
Ajustes	4.832.215	3.544.409
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ¹	(711.253)	(192.798)
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	5.463.580	3.697.670
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	11.375	18.123
· Outras diferenças permanentes	68.513	21.414
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(1.770.291)	(1.580.021)
· Tributos Correntes	(1.207.798)	(1.169.059)
· Tributos Diferidos	(562.493)	(410.962)
Alíquota Efetiva	12,07%	13,87%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

	BNDES	
	31/03/2022	31/12/2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	1.207.798	10.630.839
Ajustes de períodos anteriores	(610)	17.232
Tributos correntes devidos no período	1.207.188	10.648.071
(-) Antecipações	(299.132)	(6.395.299)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	908.056	4.252.772

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.908.888	14.986.023
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(8.509.000)	(6.743.710)
Ajustes	2.502.056	1.565.288
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(642.858)	(237.773)
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	1.418.393	532.666
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	1.658.959	1.227.996
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	11.395	18.159
· Outras diferenças permanentes	56.167	24.240
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(6.006.944)	(5.178.422)
· Tributos Correntes	(2.466.070)	(4.892.881)
· Tributos Diferidos	(3.540.874)	(285.541)
Alíquota Efetiva	31,77%	34,56%

(1) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	2.466.070	11.183.031
Ajustes de períodos anteriores	(610)	(312.182)
Tributos correntes devidos no período	2.465.460	10.870.849
(-) Antecipações	(1.050.918)	(8.693.470)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.414.542	2.177.379

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Contrapartida no resultado:					
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.737.682	9.357.074	10.570.263	11.245.397	Recebimento ou efetivação da perda
· Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	-	-	4.543.522	4.562.474	Alienação de títulos
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	367.855	395.711	367.855	1.021.473	Alienação de títulos
· Provisão para ações trabalhistas e cíveis	117.211	65.098	774.616	668.949	Decisão judicial definitiva
· Participação dos empregados no lucro	111.230	111.230	112.966	112.966	Pagamento
· Ágio amortizado	-	-	139.902	69.591	Alienação de títulos
· Outros	446.322	266.282	526.770	342.746	
Subtotal	9.780.300	10.195.395	17.035.894	18.023.596	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-	-	872.281	877.081	Alienação de títulos
· Perda atuarial – FAMS	-	-	25.268	23.202	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	-	-	897.549	900.283	
Total dos créditos tributários diferidos	9.780.300	10.195.395	17.933.443	18.923.879	
· Circulante	-	-	-	-	
· Não circulante	9.780.300	10.195.395	17.933.443	18.923.879	

Passivo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Contrapartida no resultado:					
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(199.504)	(52.106)	(5.981.714)	(3.428.542)	Alienação de títulos
· Outros	-	-	(5.977)	(5.977)	
Subtotal	(199.504)	(52.106)	(5.987.691)	(3.434.519)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(919.967)	(662.856)	(10.631.570)	(8.478.291)	Alienação de títulos
· Ganho atuarial – FAMS	(311.507)	(223.164)	(311.507)	(223.164)	
Subtotal	(1.231.474)	(886.020)	(10.943.077)	(8.701.455)	
Total dos débitos tributários diferidos	(1.430.978)	(938.126)	(16.930.768)	(12.135.974)	
· Circulante	-	-	-	-	
· Não circulante	(1.430.978)	(938.126)	(16.930.768)	(12.135.974)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES			
	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.357.074	1.474.582	(2.093.974)	8.737.682
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	-	-	-	-
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	395.711	835	(28.691)	367.855
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	65.098	52.231	(118)	117.211
. Participação dos empregados no lucro	111.230	-	-	111.230
. Outros	266.282	180.040	-	446.322
Subtotal	10.195.395	1.707.688	(2.122.783)	9.780.300
Total dos créditos tributários diferidos	10.195.395	1.707.688	(2.122.783)	9.780.300

Passivo	BNDES			
	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(52.106)	(160.543)	13.145	(199.504)
Subtotal	(52.106)	(160.543)	13.145	(199.504)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(662.856)	(257.111)	-	(919.967)
. Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(88.343)	-	(311.507)
Subtotal	(886.020)	(345.454)	-	(1.231.474)
Total dos débitos tributários diferidos	(938.126)	(505.997)	13.145	(1.430.978)

Ativo	Consolidado			
	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para risco de crédito	11.245.397	2.494.210	(3.169.344)	10.570.263
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.562.474	240.759	(259.711)	4.543.522
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	1.021.473	835	(654.453)	367.855
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	668.949	105.821	(154)	774.616
. Participação dos empregados no lucro	112.966	-	-	112.966
. Ágio amortizado	69.591	246.484	(176.173)	139.902
. Outros	342.746	184.024	-	526.770
Subtotal	18.023.596	3.272.133	(4.259.835)	17.035.894
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	877.081	-	(4.800)	872.281
. Perda atuarial – FAMS	23.202	2.163	(97)	25.268
Subtotal	900.283	2.163	(4.897)	897.549
Total dos créditos tributários diferidos	18.923.879	3.274.296	(4.264.732)	17.933.443

Passivo	Consolidado			
	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.428.542)	(3.277.012)	723.840	(5.981.714)
. Outros	(5.977)	-	-	(5.977)
Subtotal	(3.434.519)	(3.277.012)	723.840	(5.987.691)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(8.478.291)	(2.153.279)	-	(10.631.570)
. Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(88.343)	-	(311.507)
Subtotal	(8.701.455)	(2.241.622)	-	(10.943.077)
Total dos débitos tributários diferidos	(12.135.974)	(5.518.634)	723.840	(16.930.768)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	BNDES			
	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2022
Créditos tributários diferidos	10.195.395	(415.095)	-	9.780.300
Débitos tributários diferidos	(938.126)	(147.398)	(345.454)	(1.430.978)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	9.257.269	(562.493)	(345.454)	8.349.322

	BNDES			
	31/12/2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2021
Créditos tributários diferidos	12.278.970	(78.196)	(20.380)	12.180.394
Débitos tributários diferidos	(4.132.590)	(332.766)	802.049	(3.663.307)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	8.146.380	(410.962)	781.669	8.517.087

	Consolidado			
	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2022
Créditos tributários diferidos	18.923.879	(987.702)	(2.734)	17.933.443
Débitos tributários diferidos	(12.135.974)	(2.553.172)	(2.241.622)	(16.930.768)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	6.787.905	(3.540.874)	(2.244.356)	1.002.675

	Consolidado			
	31/12/2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2021
Créditos tributários diferidos	20.853.756	11.448	(158.644)	20.706.560
Débitos tributários diferidos	(19.150.606)	(296.989)	5.620.943	(13.826.652)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	1.703.150	(285.541)	5.462.299	6.879.908

d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 4.891.243 dos quais R\$ 5.667.735 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 4.070.055 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 4.956.482 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado) e no Consolidado R\$ 5.922.635 dos quais R\$ 6.687.321 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 5.130.007 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 5.992.686 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

31/03/2022										
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	1.788.135	18,28%	(647.395)	45,24%	1.140.740	6.445.290	35,94%	(7.776.898)	45,93%	(1.331.608)
2023	956.944	9,78%	(626.184)	43,76%	330.760	3.638.514	20,29%	(8.493.950)	50,17%	(4.855.436)
2024	995.277	10,18%	40.008	-2,80%	1.035.285	1.102.004	6,14%	39.686	-0,23%	1.141.690
2025	2.027.461	20,73%	58.049	-4,06%	2.085.510	2.404.583	13,41%	94.113	-0,56%	2.498.696
2026	899.374	9,20%	5.925	-0,41%	905.299	930.573	5,19%	5.924	-0,03%	936.497
2027 a 2031	3.453.293	35,31%	26.280	-1,84%	3.479.573	3.752.663	20,93%	26.280	-0,16%	3.778.943
Após 2031*	(340.184)	-0,03%	(287.661)	20,10%	(627.845)	(340.184)	-1,90%	(825.923)	4,88%	(1.166.107)
Total	9.780.300	100,00%	(1.430.978)	100,00%	8.349.322	17.933.443	100,00%	(16.930.768)	100,00%	1.002.675
Valor Presente	6.773.542		(1.134.097)		5.639.445	13.858.042		(14.451.802)		(593.760)

31/12/2021										
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	2.232.719	21,89%	(246.018)	26,22%	1.986.701	7.389.028	39,04%	(5.542.782)	45,66%	1.846.246
2023	955.102	9,37%	(248.119)	26,45%	706.983	3.634.963	19,21%	(5.439.001)	44,82%	(1.804.038)
2024	952.119	9,34%	(289.607)	30,87%	662.512	1.033.669	5,46%	(289.607)	2,39%	744.062
2025	2.327.045	22,81%	48.699	-5,19%	2.375.744	2.760.943	14,59%	48.699	-0,40%	2.809.642
2026	867.920	8,51%	5.906	-0,63%	873.826	918.840	4,86%	5.906	-0,05%	924.746
2027 a 2031	3.196.356	31,34%	28.467	-3,03%	3.224.823	3.522.302	18,61%	28.467	-0,23%	3.550.769
Após 2031*	(335.866)	-3,26%	(237.454)	25,31%	(573.320)	(335.866)	-1,77%	(947.656)	7,81%	(1.283.522)
Total	10.195.395	100,00%	(938.126)	100,00%	9.257.269	18.923.879	100,00%	(12.135.974)	100,00%	6.787.905
Valor Presente	7.206.977		(678.430)		6.528.547	14.787.876		(10.172.140)		4.615.736

(*) Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	2.170	2.173	30.903	24.904
Imposto de renda retido na fonte	417	23.572	195.073	325.704
Outros	4.858	4.446	6.386	5.974
Total no Ativo Circulante	7.445	30.191	232.362	356.582

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.19.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	78.018	75.770	102.458	98.565
Processos cíveis	183.034	69.455	2.089.753	1.820.395
Total	261.052	145.225	2.192.211	1.918.960
Circulante	2.702	2.038	783.317	754.486
Não circulante	258.350	143.187	1.408.894	1.164.474

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	31/03/2022			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Até 1 ano	117	117	2.585	783.200
Entre 1 e 2 anos	43.558	64.388	771	7.080
Entre 2 e 3 anos	11.531	13.196	111.980	223.947
Entre 3 e 5 anos	21.401	23.346	67.114	1.070.450
Entre 5 e 10 anos	1.411	1.411	-	3.695
Após 10 anos	-	-	584	1.381
Total	78.018	102.458	183.034	2.089.753

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 125 processos judiciais em andamento no BNDES e 139 no consolidado, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	75.770	63.584	98.565	84.251
Pagamentos	(481)	(1.737)	(481)	(1.737)
Constituições	2.729	15.562	4.374	17.803
Reversões	-	(1.639)	-	(1.752)
Saldo no final do período	78.018	75.770	102.458	98.565

Em 31 de março de 2022, havia 11 processos judiciais em andamento no BNDES e 17 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 6.637 e R\$ 6.938 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, havia 13 processos judiciais em andamento no BNDES e 20 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.419 e R\$ 9.420 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 23 processos (33 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	69.455	67.953	1.820.395	1.677.396
Pagamentos	-	(22)	-	(42)
Constituições	113.639	7.541	269.462	152.205
Reversões	(60)	(6.017)	(104)	(9.164)
Saldo no final do período	183.034	69.455	2.089.753	1.820.395

Em 31 de março de 2022, havia 34 processos judiciais em andamento no BNDES e 51 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 146.685 e R\$ 1.313.261 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, havia 31 processos judiciais em andamento no BNDES e 49 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 252.409 e R\$ 1.516.670 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.15

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivo atuarial – PBB	1.191.710	1.553.281	1.457.005	1.920.688
Passivo atuarial – PAS	2.905.524	3.029.412	3.520.839	3.634.405
	4.097.234	4.582.693	4.977.844	5.555.093
Circulante				
Passivo atuarial – PBB	300.273	283.335	385.621	363.885
Passivo atuarial – PAS	47.045	43.867	77.811	72.407
	347.318	327.202	463.432	436.292
Não circulante				
Passivo atuarial – PBB	891.437	1.269.946	1.071.384	1.556.803
Passivo atuarial – PAS	2.858.479	2.985.545	3.443.028	3.561.998
	3.749.916	4.255.491	4.514.412	5.118.801

17.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 28 de fevereiro de 2022 e atualizada até 31 de março de 2022.

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	14.552.148	15.482.712	17.542.986	18.623.309
Valor justo dos ativos do plano	(12.168.728)	(12.376.149)	(14.628.977)	(14.781.934)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	2.383.420	3.106.563	2.914.009	3.841.375
Efeito do compartilhamento de risco	(1.191.710)	(1.553.282)	(1.457.004)	(1.920.687)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.191.710	1.553.281	1.457.005	1.920.688

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente no início do exercício	15.482.712	18.310.573	18.623.309	21.771.479
Custo do serviço corrente	66.293	434.908	66.728	438.392
Custo de juros	298.642	1.202.450	357.344	1.419.510
Contribuição dos participantes do plano	29.840	102.020	30.275	104.658
Benefícios pagos	(171.401)	(647.206)	(221.630)	(834.615)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.153.938)	(3.920.033)	(1.313.040)	(4.276.115)
Mudança de premissas (Cresc. salarial)	(706)	(372.105)	(706)	(372.967)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(995.815)	(4.475.250)	(1.133.686)	(5.049.816)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-	-	-
Ajuste de experiência	(157.417)	927.322	(178.648)	1.146.668
Valor presente no final do período	14.552.148	15.482.712	17.542.986	18.623.309

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor justo no início do exercício	12.376.149	12.408.837	14.781.934	14.812.141
Receita de juros	264.660	947.253	315.566	1.123.941
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(381.263)	(613.736)	(335.142)	(630.063)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	50.743	178.981	57.974	205.872
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	29.840	102.020	30.275	104.658
Benefícios pagos	(171.401)	(647.206)	(221.630)	(834.615)
Benefícios brutos	(194.721)	(731.261)	(251.747)	(942.923)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	23.320	84.055	30.117	108.308
Valor justo no final do período	12.168.728	12.376.149	14.628.977	14.781.934

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 53.160 (R\$ 60.392 para o consolidado).

A contribuição estimada do BNDES com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 210.076 (R\$ 240.011 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 16,03 anos em 31 de março de 2022 (16,81 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 31 de março de 2022 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	870.281	870.669	885.845	1.818.487	4.784.063	53.365.490	62.594.835
Consolidado	1.122.619	1.121.513	1.134.271	2.313.020	5.970.739	56.642.702	68.304.864

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	871.427	871.813	882.717	1.814.571	4.764.700	53.740.972	62.946.200
Consolidado	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	68.698.424

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custo do serviço corrente	(66.293)	(105.931)	(66.728)	(106.780)
Custo dos juros da obrigação	(298.642)	(266.419)	(357.344)	(316.570)
Receita de juros dos ativos	264.660	213.888	315.566	254.925
Subtotal	(100.275)	(158.462)	(108.506)	(168.425)
Contribuições recebidas do empregador	50.743	38.032	57.974	43.685
Total	(49.532)	(120.430)	(50.532)	(124.740)

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	BNDES		Consolidado ⁽¹⁾	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	2.912.984	1.004.290	2.922.428	835.374
Ganhos (Perdas) atuariais	1.153.938	3.920.033	1.313.040	4.276.115
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(381.263)	(613.736)	(335.142)	(630.063)
Saldo no final do período	3.685.659	4.310.587	3.900.326	4.481.426
Efeito do compartilhamento de risco ⁽²⁾	(361.572)	(1.397.603)	(463.683)	(1.558.998)
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	3.324.087	2.912.984	3.436.643	2.922.428

⁽¹⁾ Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

⁽²⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos períodos findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	BNDES							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	53.203	10.583.614	397.351	11.034.168	49.104	10.838.390	450.702	11.338.196
Ações	-	342.154	-	342.154	-	338.447	-	338.447
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	10.241.460	-	10.241.460	-	10.499.943	-	10.499.943
Participações	-	-	397.351	397.351	-	-	450.702	450.702
Fundos imobiliários	53.203	-	-	53.203	49.104	-	-	49.104
Imóveis ¹	-	-	760.088	760.088	-	-	752.139	752.139
Locados a terceiros	-	-	702.412	702.412	-	-	694.036	694.036
Locados aos patrocinadores	-	-	57.676	57.676	-	-	58.103	58.103
Empréstimos e financiamentos	-	-	401.621	401.621	-	-	392.355	392.355
Subtotal	53.203	10.583.614	1.559.060	12.195.877	49.104	10.838.390	1.595.196	12.482.690
Outros ativos não avaliados a valor justo ²	-	-	-	86.935	-	-	-	78.332
Outras deduções ³	-	-	-	(188.943)	-	-	-	(239.738)
Total em 28/02/2022 e 30/11/2021				12.093.869				12.321.284
Atualização de data-base ⁴	-	-	-	74.859	-	-	-	54.865
Total				12.168.728				12.376.149

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 6.145 em 31 de março de 2022 (R\$ 14.333 em 31 de dezembro de 2021).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 28/02/2022 para 31/03/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2022.

Ativos por categoria	Consolidado							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	63.995	12.730.452	477.952	13.272.399	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865
Ações	-	411.559	-	411.559	-	404.435	-	404.435
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	12.318.893	-	12.318.893	-	12.547.174	-	12.547.174
Participações	-	-	477.952	477.952	-	-	538.578	538.578
Fundos imobiliários	63.995	-	-	63.995	58.678	-	-	58.678
Imóveis ¹	-	-	914.268	914.268	-	-	898.787	898.787
Locados a terceiros	-	-	844.892	844.892	-	-	829.356	829.356
Locados aos patrocinadores	-	-	69.376	69.376	-	-	69.431	69.431
Empréstimos e financiamentos	-	-	483.088	483.088	-	-	468.855	468.855
Subtotal	63.995	12.730.452	1.875.308	14.669.755	58.678	12.951.609	1.906.220	14.916.507
Outros ativos não avaliados a valor justo ²				104.569				93.605
Outras deduções ³				(227.268)				(286.481)
Total em 28/02/2022 e 30/11/2021				14.547.056				14.723.631
Atualização de data-base ⁴				81.921				58.303
Total				14.628.977				14.781.934

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.391 em 31 de março de 2022 (R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 28/02/2022 para 31/03/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2022.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de março de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.658.608)	-11,40%	(1.899.740)	-10,83%
Redução de 1% a.a.	2.068.335	14,21%	2.349.503	13,39%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	274.976	1,89%	337.797	1,93%
Redução de 1 ano na idade	(282.466)	-1,94%	(347.164)	-1,98%
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	601.770	4,14%	603.873	3,44%
Redução de 1% a.a.	(526.469)	-3,62%	(528.477)	-3,01%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	981.800	966.346	1.254.752	1.235.001
Contratos de 2004 ⁽²⁾	66.376	65.489	91.487	90.266
Total	1.048.176	1.031.835	1.346.239	1.325.267

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo está concluso com o juiz para despacho desde 10/03/2022.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações não fundeadas	2.905.524	3.029.412	3.520.839	3.634.405
Passivo líquido	2.905.524	3.029.412	3.520.839	3.634.405

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207
Custo do serviço corrente	32.807	213.771	33.560	217.993
Custo de juros da obrigação	65.740	331.899	78.666	389.500
Perdas (Ganhos) atuariais	(196.318)	(1.492.228)	(190.903)	(1.671.492)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(295.265)	(1.364.936)	(334.579)	(1.524.839)
Ajuste de experiência	98.947	(127.292)	143.676	(146.653)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	-	-	-
Benefícios pagos	(26.117)	(82.064)	(34.889)	(110.803)
Saldo no final do período	2.905.524	3.029.412	3.520.839	3.634.405

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES	
	31/03/2022	31/03/2021
Custo do serviço corrente	(32.807)	(52.068)
Custo dos juros da obrigação	(65.740)	(64.671)
Subtotal	(98.547)	(116.739)
Benefícios pagos	26.117	17.912
Total	(72.430)	(98.827)

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Custo do serviço corrente	(33.560)	(53.097)
Custo dos juros da obrigação	(78.666)	(76.931)
Subtotal	(112.226)	(130.028)
Benefícios pagos	34.889	23.445
Total	(77.337)	(106.583)

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado ⁽¹⁾	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	495.921	(996.307)	352.453	(1.319.039)
Ganhos (Perdas) atuariais	196.318	1.492.228	190.903	1.671.492
Saldo no final do período	692.239	495.921	543.356	352.453

⁽¹⁾ Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 78.955 (R\$ 110.657 no consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 23,66 anos em 31 de março de 2022 (24,72 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 31 de março de 2022 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	78.955	82.926	87.555	191.360	594.090	22.175.196	23.210.082
Consolidado	110.657	116.220	121.830	264.040	796.863	23.380.091	24.789.701

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	74.779	78.488	82.852	181.057	562.004	21.070.486	22.049.666
Consolidado	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	23.504.460

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de março de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(469.623)	-16,16%	(535.866)	-15,22%
Redução de 1% a.a.	623.604	21,46%	704.899	20,02%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	105.846	3,64%	128.321	3,64%
Redução de 1 ano na idade	(105.298)	-3,62%	(127.585)	-3,62%
Taxa de variação dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	621.905	21,40%	702.988	19,97%
Redução de 1% a.a.	(476.486)	-16,40%	(543.737)	-15,44%

17.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2022	31/12/2021
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	2,66% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,59% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,18% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,45% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,45% a.a.	8,92% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,75% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 21/03/2022 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,48% a.a. em 31/03/2022, representando redução de 0,27 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

17.3. Processos Judiciais e Contingências

		31/03/2022		31/12/2021	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	19.367	62	20.030	81
	Quantidade	19	7	22	7
Classificação: Possível	Valor	22.868	269	79.508	260
	Quantidade	60	9	59	9

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 19.367 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 62 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 22.868 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 269 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

17.4. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Vale-refeição	7.862	8.884	15.723	14.564
Assistência Educacional	3.807	3.969	7.614	6.507
Total	11.669	12.853	23.337	21.071

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.21.

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 2021 houve um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, oriunda da destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 7.858.968, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de abril de 2021 e autorizado pelo BACEN em julho de 2021, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003. Dessa forma o capital passou a ser de R\$ 61.842.148.

18.2. Ajustes de avaliação patrimonial e outras movimentações

	31/03/2022	31/12/2021
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	333.569	2.453.665
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	3.704.818	3.185.740
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de controladas	(11.059)	(110.820)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	15.621	15.978
Outras movimentações – reflexo de coligadas	542	-
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	18.888.635	14.864.553
De títulos próprios	18.888.635	14.797.281
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	-	67.272
Total	22.932.126	20.409.116

19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009.

19.1. Transações com controladas

As seguintes operações entre as empresas, incluídas na consolidação, foram eliminadas nas demonstrações consolidadas:

	31/03/2022			31/12/2021		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
Ativo						
Operações de repasses	73.246.984	-	73.246.984	76.790.591	-	76.790.591
. Moeda nacional	53.847.002	-	53.847.002	53.258.851	-	53.258.851
. Moeda estrangeira	19.399.982	-	19.399.982	23.531.740	-	23.531.740
Dividendos a receber	234.121	4.781.329	5.015.450	228.580	4.668.148	4.896.728
Pagamentos a ressarcir	8.965	84.658	93.623	59.935	124.713	184.648
Passivo						
Operações compromissadas	1.207.541	52.921.085	54.128.626	2.613.383	50.629.913	53.243.296
. Moeda nacional	1.207.541	52.921.085	54.128.626	2.613.383	50.629.913	53.243.296
Outras obrigações	1	2	3	-	1	1

	31/03/2022			31/03/2021		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
Receitas						
Operações de repasses	(2.063.250)	-	(2.063.250)	3.503.137	-	3.503.137
. Moeda nacional	1.333.536	-	1.333.536	1.205.646	-	1.205.646
. Moeda estrangeira	(3.396.786)	-	(3.396.786)	2.297.491	-	2.297.491
Outras receitas	5.542	113.181	118.723	422	13.679	14.101
Despesas						
Operações compromissadas	(42.387)	(1.240.201)	(1.282.588)	(9.179)	(225.562)	(234.741)

19.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	97.610.903	87.605.517	97.645.013	87.646.614
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	614.700	1.132.610	1.006.600	2.033.029
Passivo				
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1.c)	99.073.080	101.318.093	99.073.080	101.318.093
Outras obrigações com STN	113	1.707	466	3.880
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	23.446.443	23.096.847	23.446.443	23.096.847

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	1.124.756	684.837	1.122.949	685.709
Receitas com outros créditos – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	690.274	597.268	1.188.043	1.146.060
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(866.946)	(1.904.063)	(866.946)	(1.904.063)
Despesas com outras obrigações – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	(59)	(5.163)	(180)	(8.909)

19.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	551.156	1.070.556	943.056	1.970.975
Outros créditos	63.544	62.054	63.544	62.054
Total	614.700	1.132.610	1.006.600	2.033.029

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação do Investimento - PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valores Apurados em:				
2021	503.845	1.068.523	893.616	1.967.399
2020	45.253	345	45.445	521
Anteriores a 2020	2.058	1.688	3.995	3.055
Total	551.156	1.070.556	943.056	1.970.975

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	BNDES					
	31/03/2022			31/12/2021		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	103.417	967.139	1.070.556	137.645	544.129	681.774
. Valores apurados nos períodos	57.347	630.539	687.886	201.263	2.412.545	2.613.808
. Atualização Monetária	-	(590)	(590)	-	1.150	1.150
. Recebimentos	(58.534)	(1.147.638)	(1.206.172)	(235.491)	(1.990.521)	(2.226.012)
. Outras	(30)	(494)	(524)	-	(164)	(164)
Saldo no final do período	102.200	448.956	551.156	103.417	967.139	1.070.556

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	302.647	1.668.328	1.970.975	446.679	830.366	1.277.045
. Valores apurados nos períodos	152.251	1.033.791	1.186.042	625.315	4.122.564	4.747.879
. Atualização Monetária	-	(977)	(977)	-	1.667	1.667
. Recebimentos	(257.616)	(1.954.843)	(2.212.459)	(769.347)	(3.286.118)	(4.055.465)
. Outras	(30)	(495)	(525)	-	(151)	(151)
Saldo no final do período	197.252	745.804	943.056	302.647	1.668.328	1.970.975

19.2.2 Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 10.1.c.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de março de 2022 existiam quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021:

- (i) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Esse valor considera o volume total de instrumentos híbridos incluídos no cronograma de melhores esforços de devolução de recursos ao Tesouro Nacional apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU em atendimento ao Acórdão n.º 56/2021 – TCU-Plenário.
- (ii) Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R\$ 8.731.760 e R\$ 6.807.216, respectivamente.
- (iii) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	31/12/2021	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	Amortização	31/03/2022
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	1.572.000	23.794	-	-	1.595.794
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	9.150.884	138.509	-	-	9.289.393
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	7.133.963	107.980	-	-	7.241.943
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.240.000	79.313	-	-	5.319.313
Total		23.096.847	349.596	-	-	23.446.443
Circulante		1.057.871				1.407.467
Não circulante		22.038.976				22.038.976

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo	54.577.324	56.566.045	56.038.015	58.749.026
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	47.141.537	48.206.967	52.485.726	54.199.593
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(692.455)	(700.359)	(693.070)	(700.998)
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	3.984.785	3.909.635	-	-
Direitos a receber - Eletrobras	4.038.233	5.045.893	4.038.233	5.045.893
Outros	105.224	103.909	207.126	204.538
Passivo	380.810.035	384.657.902	381.085.507	384.932.221
Empréstimos e repasses no país	23.866.132	27.496.508	23.866.132	27.496.508
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.643.581	8.593.169	8.919.053	8.867.488
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	340.612.118	340.713.933	340.612.118	340.713.933
FAT Depósito especial	6.389.443	6.641.264	6.389.443	6.641.264
Emissão de debêntures	1.006.636	1.104.756	1.006.636	1.104.756
Outros	292.125	108.272	292.125	108.272

19.4. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de março de 2022, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 115.381 e a receita com os serviços foram de R\$ 44.333.

19.5. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivo				
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.191.710	1.553.281	1.457.005	1.920.688
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	2.905.524	3.029.412	3.520.839	3.634.405
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	3.324.087	2.912.984	3.324.087	2.912.984
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	692.239	495.921	692.239	495.921

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Despesas				
PBB	(49.532)	(120.430)	(50.532)	(124.740)
PAS	(72.430)	(98.827)	(77.337)	(106.583)

19.6. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo				
Direitos e recebíveis	10.295	10.414	10.295	10.414
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(103)	(104)	(103)	(104)

19.7. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	BNDES		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Benefícios de curto prazo:				
Honorários, benefícios e encargos	4.059	4.007	4.059	4.007
RVA (Parcela à vista)	-	-	-	-
Benefícios pós emprego:				
Remuneração compensatória – quarentena	158	-	158	-
Benefícios de Longo Prazo:				
RVA (Parcelas diferidas)	-	-	-	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:				
Férias proporcionais e indenizadas	-	-	-	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	BNDES				Consolidado			
	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2022		31/03/2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	85,21	80,84	76,79	80,84	85,21	80,84	76,79
Menor Salário	8,10	4,66	8,10	4,20	8,10	4,66	8,10	4,20
Salário Médio	35,46	36,43	35,46	31,92	35,46	36,46	35,46	31,95

19.8. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	BNDES				Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	4.333	247.178	4.210	240.864	4.333	251.427	4.210	247.735
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	-	-	(157)	(21.152)	-	-	(157)	(21.624)
Pagamentos realizados	-	-	(2.100)	(219.712)	-	-	(2.100)	(226.111)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	-	-	237	-	-	-	237	-
Provisão do período	-	-	2.143	247.178	-	-	2.143	251.427
Saldo no fim do período	4.333	247.178	4.333	247.178	4.333	251.427	4.333	251.427

(*) O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	BNDES e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
2022	2.282	2.282
2023	976	976
2024	718	718
2025	357	357
Total	4.333	4.333

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE

20.1. Informação Por Segmento

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 26.16, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES referentes ao primeiro trimestre de 2022, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior:

	31/03/2022				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	10.910.151	-	-	-	10.910.151
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	216.394	-	4.526.104	-	4.742.498
Despesas de Captação	(8.633.386)	(1.797.431)	114.474	-	(10.316.343)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(406.598)	-	(406.598)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.493.159	(1.797.431)	4.233.980	-	4.929.708
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	(38.445)	-	297.780	-	259.335
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.454.714	(1.797.431)	4.531.760	-	5.189.043
Resultado com Participações Societárias	-	14.850.741	-	-	14.850.741
Despesas Administrativas e com Pessoal	(538.658)	(66.512)	(31.918)	-	(637.088)
Outras receitas (despesas), líquidas	(388.951)	(67.739)	(37.118)	-	(493.808)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.527.105	12.919.059	4.462.724	-	18.908.888
Tributos sobre o Lucro	(681.653)	(3.001.577)	(1.706.826)	(616.888)	(6.006.944)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	845.452	9.917.482	2.755.898	(616.888)	12.901.944
ATIVOS	444.353.074	84.077.821	203.328.962	17.933.443	749.693.300
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.888.665	-	-	1.888.665

	31/03/2021				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	9.156.293	-	-	-	9.156.293
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	310.982	-	2.037.361	-	2.348.343
Despesas de Captação	(6.775.178)	(327.327)	(78.613)	-	(7.181.118)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	87.498	-	87.498
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.692.097	(327.327)	2.046.246	-	4.411.016
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	673.454	-	(241.320)	-	432.134
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.365.551	(327.327)	1.804.926	-	4.843.150
Resultado com Participações Societárias	-	11.670.353	-	-	11.670.353
Despesas Administrativas e com Pessoal	(469.627)	(50.973)	(39.182)	-	(559.782)
Outras despesas, líquidas	(349.378)	(667.935)	49.615	-	(967.698)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.546.546	10.624.118	1.815.359	-	14.986.023
Tributos sobre o Lucro	(1.136.724)	(3.173.968)	(750.048)	(117.682)	(5.178.422)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.409.822	7.450.150	1.065.311	(117.682)	9.807.601
ATIVOS	461.339.817	63.628.512	191.562.131	20.706.560	737.237.020
Investimentos em coligadas (MEP)	-	10.931.447	-	-	10.931.447

20.2. Resultados Recorrentes

Em atendimento a Resolução BCB n.º 2/2020, apresentamos a reconciliação dos resultados recorrentes e não recorrentes do Sistema BNDES referente ao período findo em 31 de março de 2022, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As definições sobre resultado recorrente e não recorrente podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.23.

	31/03/2022			31/03/2021		
	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente
Receita com Operações de Crédito e Repasses	10.910.151	-	10.910.151	9.156.293	-	9.156.293
Receita com Títulos e Valores Mobiliários	4.742.498	-	4.742.498	2.348.343	-	2.348.343
Despesas de Captação	(10.316.343)	-	(10.316.343)	(7.181.118)	-	(7.181.118)
Efeito Líquido do Câmbio	(406.598)	-	(406.598)	87.498	-	87.498
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.929.708	-	4.929.708	4.411.016	-	4.411.016
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	259.335	-	259.335	432.134	-	432.134
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.189.043	-	5.189.043	4.843.150	-	4.843.150
Resultado com Participações Societárias	14.850.741	11.770.930	3.079.811	11.670.353	11.151.557	518.796
Despesas Administrativas e com Pessoal	(637.088)	-	(637.088)	(559.782)	-	(559.782)
Outras Despesas, Líquidas	(493.808)	(307.884)	(185.924)	(967.698)	(667.722)	(299.976)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.908.888	11.463.046	7.445.842	14.986.023	10.483.835	4.502.188
Tributos sobre o Lucro	(6.006.944)	(4.217.146)	(1.789.798)	(5.178.422)	(3.334.421)	(1.844.001)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.901.944	7.245.900	5.656.044	9.807.601	7.149.414	2.658.187
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	-	259.336	(259.336)	-	432.134	(432.134)
Tributos sobre a PRC	-	(121.392)	121.392	-	(196.173)	196.173
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE, AJUSTADO PELA PRC	12.901.944	7.383.844	5.518.100	9.807.601	7.385.375	2.422.226

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes, embora relacionados aos negócios da Companhia, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

O resultado com participações societárias não recorrente refere-se a operações recentes de alienação de investimentos e resultados obtidos com investimentos em coligadas, que possuem caráter esporádico e não permanente.

A provisão para risco de crédito, embora classificada como evento recorrente, historicamente impacta o resultado do BNDES de forma adversa, ora pela constituição de provisão em contextos específicos, ora pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Visando possibilitar a análise desse impacto sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC.

A tabela a seguir apresenta, de forma complementar, os itens não recorrentes líquidos dos efeitos tributários.

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro Líquido do período	12.901.944	9.807.601
(-) Eventos não recorrentes, líquidos de tributos	7.245.900	7.149.414
Alienações de Participações Societárias	1.230.293	6.986.575
Resultado com Equivalência Patrimonial	817.717	1.020.905
Impairment de Ativos	(17.084)	(4.554)
Resultado com Derivativos	91.423	(164.394)
Outros Resultados com Participações Societárias ⁽¹⁾	5.924.489	(131.494)
Provisão para Contingências	(167.838)	(13.856)
Outras Despesas	(22.349)	(426.086)
Ajuste de Créditos Tributários ⁽²⁾	(610.751)	(117.682)
Lucro Líquido Recorrente do período	5.656.044	2.658.187
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	(137.944)	(235.961)
Lucro Líquido Recorrente, ajustado pela PRC	5.518.100	2.422.226

⁽¹⁾ Em 2022 inclui o efeito da perda de influência significativa em JBS, no valor líquido de R\$ 5.823.910, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2.2.

⁽²⁾ Efeito de mudança na expectativa de realização das diferenças temporárias e eventual alteração de alíquota.

As políticas contábeis adotadas na apuração da demonstração do resultado recorrente são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

21. GESTÃO DE RISCOS

21.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;

- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Appetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

Compõem a estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (UVAL/AIC), responsável pela elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3/>.

21.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Também é gerenciado o risco cibernético, que trata de risco de segurança da informação que envolve ativo de tecnologia da informação e que pode implicar em perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Já o controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da Instituição, tendo grande importância na gestão destes riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

A mitigação dos riscos cibernéticos é realizada no âmbito da execução de atividades permanentes conduzidas pela Gerência de Segurança da Informação, dentre as quais destacam-se o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação. Todos esses processos são parte do Sistema de Gestão de Segurança da Informação e estão alinhados ao Plano Estratégico de Segurança da Informação. Este Plano, construído a partir de um diagnóstico que observou, entre outros aspectos, os riscos cibernéticos mais significativos no contexto do BNDES e a maturidade do Banco na adoção dos controles definidos em *frameworks* de mercado, em especial o CIS Controls, estabelece, além de objetivos, indicadores e metas para segurança da informação, as necessidades e as ações para seu atingimento. O aprimoramento e a ampliação da gestão de riscos de segurança da informação constituem uma das oito necessidades priorizadas no Plano.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de direcionar ações que incluem treinamentos, elaboração de guias e inserções na mídia interna, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 61.134.468, em 31 de março de 2022. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2021, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de março de 2022, em contraste com o IE referente ao 2º semestre de 2018, que deixou de ser considerado no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

21.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	31/03/2022	31/12/2021
Juros	97.109	144.301
Câmbio	18.845	9.090
Ações	2.212.813	2.010.810
Efeito Diversificação	(104.496)	(139.132)
VaR total	2.224.271	2.025.069

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Métrica	31/03/2022	31/12/2021
ΔEVE	3.942.803	9.153.054
ΔNII	1.885.561	923.129
IRRBB (Total)	1.885.561	1.502.515

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD}) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo a de risco de mercado (RWA_{MPAD}) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA _{MPAD}	31/03/2022	31/12/2021
RWA _{JUR1}	366.933	498.658
RWA _{JUR2}	-	-
RWA _{JUR3}	1.182.592	1.430.217
RWA _{CAM}	33.991.060	19.550.496
Total parcela RWA_{MPAD}	35.540.585	21.479.371
IRRBB	1.885.561	1.502.515

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Os riscos de mercado oriundos da carteira cambial apresentaram um aumento no período analisado. Esse aumento se deve principalmente à inclusão de operações no escopo do FMM (Fundo da Marinha Mercante) e da carteira de empréstimos inadimplentes do FGE. Com referência ao FMM, o BNDES é o agente financeiro do fundo e, no passado, interpretava-se que o risco de mercado inerente à esses contratos não era do BNDES e, portanto, não deveria ser computado pela Instituição. Entretanto, o BNDES revisitou o tema e concluiu que o FMM deveria fazer parte de suas análises de risco. Dessa forma, após a implementação do novo sistema de risco em fevereiro de 2022, os contratos do FMM passaram a ser contabilizados no RWA de Risco de Mercado, apresentando um incremento na exposição cambial e, consequentemente, no RWA_{CAM}.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	3.055.154	4.838.134	67.788.152	60.821.617
Juros	TJLP	(15.621.680)	(18.759.344)	(13.554.423)	(13.808.548)
Juros	Prefixado	4.131.966	4.248.861	4.342.608	4.465.340
Juros	IGPM	698.707	709.163	757.395	768.979
Juros	IPCA	4.935.879	4.726.059	5.444.162	5.106.961
Juros	TR	(4.536.068)	(4.583.965)	(6.467.226)	(6.357.700)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(137.277)	(553.864)	(70.160)	(758.336)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	8.101.872	7.126.933	74.029.889	51.511.862
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	0	-	541.319	490.577
Preços	Opções de ações	147.914	147.911	773.868	683.389

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Resolução BACEN n.º 02/2020, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BNDES					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/03/2022		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(19.400)	(51.266)	(85.443)
Juros	TJLP	Alta TJLP	44.334	(175.791)	(351.582)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(31.680)	(6.336)	(10.560)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(2.125)	(7.324)	(12.206)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(10.538)	(42.047)	(70.078)
Juros	TR	Alta TR	10.220	(9.740)	(19.480)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(9.610)	(22.651)	(45.301)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	944.901	(1.336.809)	(2.673.618)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	0	0	0
Preços	Opções de ações	Queda nas cotacões	0	(36.977)	(73.950)

BNDES					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(18.361)	(75.327)	(125.545)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(68.096)	(188.194)	(376.387)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(32.401)	(6.480)	(10.800)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(4.617)	(6.063)	(10.104)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(12.238)	(34.762)	(57.937)
Juros	TR	Alta TR	(15.253)	(10.255)	(20.510)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.297)	(91.388)	(182.775)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	819.938	(1.175.944)	(2.351.888)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(36.976)	(73.949)

Consolidado					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/03/2022		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(430.460)	(1.137.486)	(1.895.810)
Juros	TJLP	Alta TJLP	38.467	(152.528)	(305.056)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(33.295)	(6.659)	(11.098)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(2.303)	(7.939)	(13.231)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(11.623)	(46.377)	(77.294)
Juros	TR	Alta TR	14.571	(13.887)	(27.774)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(4.912)	(11.576)	(23.153)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	8.190.396	(12.214.932)	(24.429.863)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	135.280	264.998
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(308.063)	(604.961)

Consolidado					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(230.824)	(946.957)	(1.578.262)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(50.125)	(138.527)	(277.055)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(34.051)	(6.810)	(11.350)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(5.006)	(6.574)	(10.956)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(13.224)	(37.564)	(62.607)
Juros	TR	Alta TR	(21.155)	(14.223)	(28.446)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.776)	(125.125)	(250.251)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.871.630	(8.499.457)	(16.998.915)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(280.695)	(531.407)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Resolução BACEN n.º 02/2020, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Indicadores de Risco de Liquidez	31/03/2022 (nova metodologia)	31/12/2021 (nova metodologia)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	40,1	26,6
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	5,7	6,4
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,37	1,4

21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen n.º 3.644/13 e n.º 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	974.518	396.137
Títulos e Valores Mobiliários	87.666.451	63.942.283
Repasse Interfinanceiros	79.026.404	78.561.707
Operações de Crédito	207.952.430	211.366.895
Outros Direitos a receber	4.566.888	1.308.108
Investimentos e Imobilizado de Uso	2.131.967	11.448.385
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	14.234.315	10.990.973
Créditos Tributários	10.570.263	11.245.396
Demais itens do RWA _{CPAD}	4.902.552	3.722.442
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	412.025.788	392.982.326

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 2.844/2001 e n.º 4.589/17, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	31/03/2022	31/12/2021
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	38.263.740	40.011.749
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	2.725.895	2.925.150
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	10.457.261	9.550.689
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.200.694	1.410.366
Total	52.647.590	53.897.954

⁽¹⁾ A Circular BACEN n.º 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN n.º 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWA_{CPAD}. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
<u>Mantidos até o vencimento</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	7.825.661	6.290.758
Operações de crédito	291.376.786	296.775.995
Repasses Interfinanceiros	163.040.785	162.498.232
Outros Créditos	1.685.864	1.664.265
<u>Negociação</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	78.842.665	67.721.578
<u>Disponíveis para venda</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	105.705.244	85.401.103
Compromissos a Liberar em até 360 dias	74.694.981	69.672.490
Total	723.171.986	690.024.421

21.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	31/03/2022	31/12/2021
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,0%	2,0%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,0%	2,0%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,0%	10,0%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	6,5%	6,5%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,0%	8,0%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	200.999.329	190.283.623
Nível I	164.124.041	148.140.436
Capital Principal	164.124.041	148.140.436
Patrimônio Líquido	142.421.980	126.997.024
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	22.038.976	22.038.976
Ajustes Prudenciais	(336.915)	(895.564)
Ágios Pagos	-	(587.408)
Ativos Intangíveis	(5.102)	(6.131)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(331.813)	(302.025)
Nível II	36.875.288	42.143.187
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	36.875.288	42.143.187
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	508.700.841	473.670.129
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	412.025.788	392.982.326
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	35.540.585	21.479.371
Risco operacional (RWA _{OPAD})	61.134.468	59.208.432
Risco Bancário (R _{BAN})	1.885.561	1.502.515
Total	510.586.402	475.172.644
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	40.696.067	37.893.610
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - R_{ban})	158.417.701	150.887.498
Adicional de Capital Principal (ACP)	10.174.692	9.474.223
ACP Conservação ⁽⁴⁾	10.174.017	9.473.403
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	675	820
Índices	31/03/2022	31/12/2021
Índice de Basileia (IB)	39,51%	40,17%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	32,26%	31,28%
Índice de Capital Principal (ICP)	32,26%	31,28%
Razão de Alavancagem (RA)	19,29%	17,79%

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31.03.2022 correspondem à aplicação do limitador de 70% sobre o valor computado no Nível II em 30.06.2018 (em 31.12.2021, aplica-se o limitador de 80%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2020; e de 2,0% de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022, o Patrimônio de Referência do Conglomerado aumentou em R\$ 10.715.707, devido ao resultado no período.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram um crescimento de R\$ 35.030.712 (7,4%), devido ao aumento da parcela RWA_{MPAD} e do RWA_{OPAD}. O incremento do RWA_{CPAD} deve-se à reclassificação contábil de algumas ações do Ativo Permanente para o grupo de TVMs e o reconhecimento do AVM em função disso.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos mantidos em disponibilidade ou aplicados em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, além de outros ativos.

Valores aplicados	31/03/2022	31/12/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	21.328.969	24.790.102
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	913.871	880.539
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.700.520	1.703.358
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.956.165	1.921.880
FA - Fundo Amazônia	3.664.492	3.583.826
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	635.216	634.230
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	244.654	240.908
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	6.389.443	6.641.264
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	4.103	3.945
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos ⁽¹⁾	1.436.840	1.409.496
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito ^{(1) (2)}	21.054.567	21.034.328
Total	59.328.840	62.843.876

⁽¹⁾ A partir de dezembro de 2020 o FGI passou a ser apresentado no grupo de Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES dado que a maior parte dos recursos passou a ser aplicada no BNDES, em operações compromissadas. A gestão dos recursos financeiros do FGI é de responsabilidade do BNDES e a parcela não aplicada no BNDES continuou aplicada no Banco do Brasil.

⁽²⁾ Conforme Lei 14.042 de 19/08/2020.

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	31/03/2022	31/12/2021
FGE	41.149.507	41.343.664
FGPC	65.212	63.000
Total	41.214.719	41.406.664

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	31/03/2022	31/03/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	197.590	149.291
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	600	841
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4.542	1.415
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	20	13
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	51.575	50.977
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	3.765	3.630
FND – Fundo Nacional de Desestatização	14	-
Total	258.106	206.167

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até o primeiro trimestre de 2022 e no ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Transações não envolvendo caixa

Durante o 1º trimestre de 2022, a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na coligada JBS, passando a tratar esse investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tal reclassificação gerou um ganho no resultado de R\$ 8.824.107, decorrente da mensuração inicial do investimento a valor justo e da transferência do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas (reconhecido até então no patrimônio líquido). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 7.2.2.

No mesmo período de 2021, não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

22.4. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa n.º 15), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

22.5. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Recebimento do Grupo Oi

Em 20 de abril de 2022, o BNDES recebeu R\$ 4,64 bilhões, referentes à liquidação integral do saldo devedor do Grupo Oi, no âmbito do processo de recuperação judicial do grupo. O crédito é relativo a contratos celebrados entre BNDES e o Grupo Oi no último trimestre dos anos de 2009 e 2012. O montante de provisão para crédito de liquidação duvidosa reconhecido nestas demonstrações financeiras correspondia integralmente à dívida e será revertida no segundo trimestre de 2022.

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 5 de maio, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 3,715490 por ação preferencial e ordinária, da seguinte forma: (i) R\$ 3,138754 por ação referente a antecipação da remuneração aos acionistas relativo ao exercício de 2022 (dividendos intercalares); e (ii) R\$ 0,576736 por ação à conta de reserva de retenção de lucros constantes do exercício de 2021 (dividendos intermediários). A data de corte será 23 de maio de 2022 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 24 de maio de 2022.

O pagamento será realizado em duas parcelas iguais, sendo que a primeira, no valor de R\$ 1,857745 por ação, a ser paga em 20 de junho de 2022 sob a forma de dividendos (R\$ 1,427568) e juros sobre capital próprio (R\$ 0,430177) e a segunda em 20 de julho de 2022 integralmente sob a forma de dividendos.

Considerando a destinação proposta, o Sistema BNDES registrou como dividendos e juros sobre capital próprio a receber o montante bruto de R\$ 3.847 milhões, sendo R\$ 502 milhões ao BNDES e R\$ 3.345 milhões a BNDESPAR.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de inadimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES de acordo com a classificação de risco de suas operações se mostrou suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de “títulos disponíveis para venda”, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria “títulos disponíveis para venda”, o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do Sistema BNDES e principalmente o perfil de sua carteira de participações societárias, compatíveis com seu papel institucional. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
 - investimentos fixos;
 - capital de giro;
 - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
 - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
 - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.2.1.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei n.º 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de até 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do período.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é parte integrante do investimento. Os ágios cujos fundamentos econômicos não são identificados são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN n.º 3.566/2008.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “Disponível para Venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para o ativo em questão ou idênticos a ele, que se possa ter acesso na data da mensuração. Aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado para: a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda – consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos que apresentam perda de caráter permanente. Para tal a Administração baseia-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, e da avaliação do caráter permanente da perda.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações”, na categoria “Disponível para Venda” e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica “Participação em Coligadas”.

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 7.1.

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.10 Operações Compromissadas

26.10.1 Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

26.10.2 Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

26.10.3 Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

26.11. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.11.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.11.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

26.11.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.11.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.12. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.14. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

26.15. Benefícios a empregados

26.15.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/03/2022.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2022 era de R\$ 7.087,22 (sete mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 21/03/2022, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,75% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/03/2022 a 5,48% ao ano, representando redução de 0,27 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29 de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

26.15.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2022, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2022 e atualizada até 31 de março de 2022, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

26.15.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

26.15.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.16. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.

- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como “Não Alocado” são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.17. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

26.17.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT - Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – *LIBOR* – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – “*Treasury Bonds*”; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – “*euro area yield curve*”.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

26.17.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.18. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Dessa forma, o crédito tributário diferido a ser realizado foi constituído já considerando a nova alíquota vigente, em aderência a Resolução CMN nº 4.842/2020.

26.19. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

26.20. Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas se baseia na mesma metodologia de classificação de risco utilizada pelo BNDES para as operações de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1.999 – CMN. Nesse sentido, é utilizada a escala de nove níveis de risco de “AA” a “H”, bem como as proporções mínimas de provisão associadas a cada um deles.

Para fins de constituição da provisão das operações, inclusive para garantias prestadas, são considerados, conforme julgamento da Administração, seus riscos específicos, dos clientes e da conjuntura econômica. Em consonância com a Resolução CMN nº 4.512/2016 – CMN, é feita reavaliação mensal das provisões constituídas.

26.21. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e FINAME, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei nº 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.22. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2022 e 2021 foram:

	2022		2021	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	15.214.608	50%	9.495.345	61%
BNDESPAR	13.372.690	44%	4.030.493	26%
FINAME	1.816.747	6%	2.047.319	13%
Total do Sistema	30.404.045		15.573.157	

26.23. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz

Fábio de Barros Pinheiro

Heloisa Belotti Bedicks

João Laudo de Camargo

Joisa Campanher Dutra Saraiva

Marcelo Pacheco dos Guaranvs

Pedro Maciel Capeluppi

Sônia Aparecida Consiglio

Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Francisco Lourenco Faulhaber Bastos Tigre

Marcelo Sampaio Vianna Rangel

Ricardo Wiering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Solange Paiva Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patricia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC
RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A diretoria executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outro assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva do BNDES, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se as suas formas e conteúdos estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo BNDES, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão de informações intermediárias, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de maio de 2022.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2